# Sumário

Número de notícias: 29 | Número de veículos: 22

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Carf anula multas milionárias aplicadas em importações . . . 3

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
MEIs são a metade das empresas no País . . . 5

O LIBERAL - BELÉM - PA - CIDADES
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Corpus Christi - REPÓRTER 70 . . . 6

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL
Seguro-defeso dispara e cresce 57% este ano . . . 8

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL
Governo minimiza impacto da instalação de CPMI . . . 10

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL
Câmara aprova urgência para revogação de aumento do IOF por346 votos a 97 . . . 11

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
SEGURIDADE SOCIAL
Ministros do STF cassam decisões sobre "pej0tização" . . . 13

FOLHA ONLINE - SP - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL
Aposentados do INSS descobrem débitos automáticos indevidos no benefício . . . 15

FOLHA ONLINE - SP - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL
Saiba como fazer a assinatura digital de documentos no Gov.br . . . 19

O GLOBO ONLINE - RJ - POLITICA
SEGURIDADE SOCIAL
PF prende dois em operação contra fraudes no INSS em descontos de aposentadorias e pensões . . . 20

O GLOBO ONLINE - RJ - POLITICA
SEGURIDADE SOCIAL
Líderes do governo deixam base desprotegida no Congresso, que pode instaurar CPI do INSS nesta terça . . . 21

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL
Garanta seu auxílio do INSS: como proceder após acidente de trabalho . . . 23

PORTAL UOL
SEGURIDADE SOCIAL
Aposentados do INSS descobrem débitos automáticos indevidos no benefício (inss) . . . 25

TV RECORD - DF - DF NO AR
SEGURIDADE SOCIAL

CPMI do INSS pode ser criada hoje no congresso . . . . . 29

O GLOBO - RJ - BRASIL
SERVIDOR PÚBLICO
Risco a um clique . . . . . 30

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA
Planalto monitora sessão que vai analisar vetos . . . . . 32

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA
Imposto Seletivo nas exportações traz risco à competitividade brasileira . . . . . 34

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA
Reforma Tributária pode aumentar carga da sua empresa em até 80% . . . . . 37

PORTAL UOL - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL
1ª sessão do Congresso no ano tem recorde de vetos em análise e CPI do INSS . . . . . 38

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Governo sofre dura derrota na crise do IOF . . . . . 40

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Prévia do PIB do BC sobe acima das projeções . . . . . 42

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Câmara aprova urgência para derrubada do IOF . . . . . 43

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Partidos com ministérios deram 65% dos votos a favor . . . . . 45

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Revitalização do Pinheiros gera beneficio de R$ 16 bi . . . . . 46

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
A receita conhecida para crises econômicas (Artigo) . . . . . 47

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Prévia do PIB cresce acima das projeções . . . . . 48

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA
Dólar recua a R$ 5,48 com percepção de alívio no risco geopolítico . . . . . 49

DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA - POLÍTICA
ECONOMIA
Fundo Amazônia tem R$ 1 bilhão em aprovações . . . . . 51

AGÊNCIA BRASIL - NOTÍCIAS
SAQUE ANIVERSÁRIO
Começa segunda fase de pagamento especial do saque-aniversário do FGTS . . . . . 52

# Carf anula multas milionárias aplicadas em importações

A Unilever e a Richemont do Brasil, dona das marcas Cartier e Montblanc, conseguiram afastar no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais** (**Carf**) multas milionárias aplicadas pela **Receita Federal** por suposta fraude em importações. As decisões, da 2a Turma da 4a Câmara da 3a Seção, apontam que é necessário haver provas concretas para a acusação, e não apenas indícios.

0 entendimento é importante por ter sido proferido por um dos novos colegiados especializados em questões aduaneiras. Segundo tri-butaristas, isso podería aumentar a chance de vitória na Câmara Superior, última instância do **Carf**, que tem jurisprudência contrária ao contribuinte. Esses conselheiros, afirmam, trazem análises mais precisas e, nos dois casos, indicam que é necessário verificar se a autoridade fiscal foi capaz de apresentar provas inequívocas de que houve ocultação do real adquirente da operação, mediante fraude ou simulação.

No processo da Unilever, a turma derrubou uma autuação de R$ 482 milhões. 0 caso envolve importações de desodorantes da Argentina. A **Receita Federal** aplicou multa de 100% sobre o valor aduaneiro, em substituição à pena de perdimento. Para a fiscalização, os produtos foram desembaraçados mediante fraude e simulação, com a ocultação do real interessado (processo n° 18130.720036/2022-15).

A alegação foi a de que as importações já se destinavam à adquirente, a Unilever Brasil (UBR), apesar de terem sido feitas por intermediária,

a Unilever Brasil Industrial (UB1), entre janeiro de 2018 e dezembro de 2020. De acordo com o órgão, o intuito da ocultação do real adquirente seria sonegação de **tributos**, especificamente o PIS e a Cofins, que são recolhidos com base no preço praticado pelo estabelecimento importador, não incidindo no próximo elo da cadeia, a Unilever Brasil, onde, segundo a Receita, se concentra a margem de lucro esperada pelo grupo.

Em seu voto, porém, a relatora do caso, conselheira Mariel Orsi Ga-meiro, considerou que, para se configurar a infração, não basta a existência de meros indícios, como a proximidade das datas de desembaraço, entrada e saída das mercadorias. Para ela, a fiscalização fez uma análise "presunçosa" de estimativas de custos da mercadoria em comparação aos valores praticados em operação de compra e venda entre UBI e UBR, apontando como mero indício a baixa margem de lucro na operação, e a suposta desvantagem sofrida pela UBI.

"Não se está a negar que o levantamento realizado pela fiscalização em relação aos indícios do presente processo seriam hábeis a ensejar abertura de procedimento fiscaliza-tório e aprofundamento na produção de provas, mas definitivamente não são suficientes para sustento da acusação deinterposição fraudulenta de terceiro punível com a multa substitutiva da pena de perdimento", afirma no voto.

A conselheira aponta que há diferença entre o direito aduaneiro e o tributário, e a **Receita Federal**, "de forma equivocada", usa o pano de fundo da indignação quanto ao planejamento realizado para redução da base de PIS e Cofins para en-

quadramento em infração **aduaneira**. O mesmo entendimento foi adotado por ela, como relatora, no caso da Richemont do Brasil (processo n° 10314.720148/2023-89).

A empresa, segundo a Receita, realizou importações de mercadorias com objetivo de ocultar o real adquirente, a RLG do Brasil Varejo. De acordo com a fiscalização, a primeira informava seu próprio nome nas importações, indicando que as mercadorias seriam adquiridas por conta própria, quando, na verdade, tratava-se de operações por encomenda. Isso configuraria uma infração usada como artifício para afastar obrigações tributárias, ocasionando a quebra da cadeia do IPI - a ocultação impediría o recolhimento do imposto pelo preço real de venda dos produtos.

Na autuação, a Receita aponta que a mera existência de umgrupo econômico já é indício suficiente à interposição fraudulenta e que as duas empresas funcionam no mesmo endereço e eram administradas pelas mesmas pessoas físicas, no período de outubro de 2015 a agosto de 2020, e cerca de 66% das operações da Richemont eram direcionadas à RLG.

Em seu voto, a relatora indica que a simples antecipação de recursos ao importador de mercadoria

estrangeira que age como o real interessado da operação não deve resultar necessariamente na classificação da importação como por conta e ordem de terceiros. Se comprovada a legitimidade e o interesse do importador em adquirir para si as mercadorias importadas, a importação te-ria ocorrido somente "por conta", e não "por ordem" de terceiro.

"Engana-se a fiscalização quando

se utiliza dessas prerrogativas como fortes indícios para ocorrência de interposição fraudulenta", afirma a relatora no voto. Segundo a conselheira, os indícios são rotina operacional de grandes grupos econômicos, sem qualquer indicação de fraude. "O cerne da conduta fraudulenta é justamente o contrário: a identificação de pessoas jurídicas que se declaram perante todas as obrigatoriedades legais, totalmente independentes, mas apresentam características que evidenciam a prática de sua atividade econômica através de um grupo empresarial de fato."

A fiscalização, acrescenta, "se utiliza de subterfúgio para alocar a discordância de uma estrutura empresarial com objetivo de um planejamento tributário no direito aduaneiro, de forma totalmente equivocada, porque nitidamente o pano de fundo da autuação é a quebra da cadeia do IPI, e não interposição fraudulenta, diferenciando-se tais institutos não só pelo estresse existente entre o direito aduaneiro eo tributário, como também pela diferença gritante das provas colacionadas para tais acusações, bem como pela diferença dos argumentos técnicos a serem utilizados".

Em nota, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) informa que são julgamentos isolados, que deverão ser reformados na Câmara Superior. Segundo o órgão, o entendimento consolidado do **Carf** é que deve ser aplicada a multa substitutiva à pena de perdimento em casos de interposição fraudulenta de terceiros, sem que seja necessária a comprovação de prejuízo no recolhimento de **tributos** e contribuições. A Fazenda cita o entendimento da Súmula n° 160.

"Nesse tipo de autuações, o Fisco apresenta diversos indícios que, juntos, formam um corpo probatório robusto acerca da existência de interposição de terceiros na importação. O **Carf**, aojulgaressescasos, tem manifestado entendimento favorável às acusações fiscais de interposição fraudulenta e mantido os autos de infração", afirma o órgão.

O advogado e ex-conselheiro da Câmara Superior Caio Quintella, do Nader Quintella Advogados, destaca que a discussão é interessante porque, nos casos, a turma especializada que julga o tema aduaneiro apresenta parâmetros de segurança para o que seria simulação e fraude na operação de importação, diferenciando do que é planejamento tributário abusivo ou simplesmente não aceito pelo Fisco, que sempre foi uma definição problemática. "Exigir provas concretas é muito diferente de discutir abuso ou ilegalidade do planejamento", diz.

Ainda segundo o advogado, o mero questionamento e não aceitação de validade da estrutura de pla-

nejamento tributário não se confunde nem basta para caracterizar fraude e simulação. "Na decisão há exigência específica para caracterizar infração específica que demanda conjunto probatório muito mais robusto que o **Carf** aceita para desconsiderar planejamento tributário."

"A fiscalização não conseguiu demonstrar que teria havido ocultação proposital por parte dos sujeitos dessa operação", afirma Leandro Alves, especialista em Direito Tributário, do escritório Bento Muniz Advocacia. De forma geral, diz, em matéria **aduaneira**, o que se tem observado é que as turmas julgadoras têm exigido a demonstração efetiva de indícios apurados na fiscalização. "A palavra do fiscal tem fé pública, mas especificamente para fins de lançamento de multa sancionatória tem sido exigida a comprovação efetiva de fraude ou simulação."

Procurada, a Unilever informou que não comenta casos em andamento. Representantes da Richemont no Brasil não foram localizados pelo Valor.

***Site:***
***https://valor.globo.com/virador/#/edition/188234?page=1&section=1***

# MEIs são a metade das empresas no País

Brasília - O Brasil ultrapassou a marca de 24 milhões de empresas em funcionamento no País, de acordo com dados da **Receita Federal**. Desse total, metade - 12.017.846 - é composta por microempreendedores individuais (MEIs), figura que passou a vigorar a partir de julho de 2009, com a sanção da Lei Complementar 128/2008.

A legislação estabeleceu as condições para que um empreendedor possa se formalizar como MEI, simplificando o processo de abertura da empresa. Atualmente, mais de 400 tipos de atividades estão incluídos neste porte, que pode faturar até R$ 81 mil por ano. Desde 2009, já foram criados mais de 16 milhões de CNPJs de microempreendedores individuais no país.

"A figura do MEI é a porta de sonhos para esse espírito empreendedor do povo brasileiro e um acerto gigantesco do presidente Lula em seu segundo mandato. São homens e mulheres que acordam de manhã, nunca desistem, enfrentam as dificuldades da vida e constroem o alicerce que hoje o MEI representa para a economia brasileira, afirma o presidente do Sebrae, Décio Lima.

O setor de serviços é o que reúne o maior número de CNPJs como microempreendedores individuais, com mais de 6,5 milhões de profissionais registrados. Em seguida, o setor do comércio tem 3,2 milhões de empresas. As indústrias (1,1 milhão) e a construção civil (1 milhão) têm números próximos, e a agropecuária reúne 62,7 mil pequenos negócios registrados nessa categoria. Divididos por região, o Sudeste possui mais da metade dos MEIs: 6,2 milhões. Sul (2,2 milhões), Nordeste (1,9 milhão), Centro-Oeste (1 milhão) e Norte (525 mil) completam a lista.

Entre as atividades mais registradas como MEI, destacam-se aquelas ligadas ao setor de beleza, ultrapassando 1 milhão de CNPJs: cabeleireiros, manicure e pedicure (735.940) e atividades de estética e outros serviços de cuidados com a beleza (282.288). A lista dos mais procurados para se formalizar como MEI tem ainda o comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios (645.211); promoção de vendas (553.163); obras de alvenaria (473.252); apoio administrativo (415.059); e transporte rodoviário de carga (319.288). (ASN) %

***Site: https://centraldoleitor.diariodocomercio.com.br***

# Corpus Christi - REPÓRTER 70

***REPÓRTER 70***

Data católica celebrada no próximo dia 19 não é feriado em todo o Brasil. No calendário do governo federal é ponto facultativo.

Insegurança alimentar

Os níveis de fome extrema dispararam em 13 pontos críticos no mundo, diz relatório da ONU divulgado ontem.

COMITIVA

israel

A Confederação Nacional de Municípios confirmou que uma comitiva de políticos brasileiros conseguiu deixar Israel e chegou em segurança à Jordânia nesta segunda-feira (16). Ao menos 41 representantes do Brasil estavam em solo israelense desde o dia 9 e permaneceríam até esta sexta-feira (20), onde conheceriam tecnologias de segurança. Mas o conflito com o Irã mudou os planos da comitiva, da qual faz parte o paraense Nélio Aguiar, ex-prefeito de Santarém e presidente da Federação das Associações de Municípios do Estado do Pará (Famep).

segurança

A entidade divulgou nota confirmando que a comitiva brasileira chegou em segurança à Jordânia na manhã de ontem, mas por razões de segurança detalhes sobre o horário e o trajeto do grupo não foram divulgados antes do deslocamento. A comitiva atravessou a fronteira por via terrestre e nesta segunda se encontrava em deslocamento para um ponto de embarque aéreo, de onde seguirá a viagem de retorno ao Brasil.

RENÚNCIAS

fiscais

Os técnicos da equipe do senador Beto Faro (PT-PA) mergulharam a fundo nos números das renúncias fiscais concedidas ao setor agropecuário e a outros segmentos econômicos e identificaram que até fevereiro de 2025 as renúncias somaram quase R$ 397 bilhões, segundo a **Receita Federal**. O estudo revelou que o agronegócio tem um grande peso nessas renúncias, concentrando 43% do total concedido entre janeiro de 2024 e fevereiro de 2025.

estados

O estado de São Paulo lidera com folga: R$ 131 bilhões deixaram de ser arrecadados em **tributos** federais por conta dessas isenções. No Norte, o Pará também se destaca: foram R$ 2,87 bilhões em renúncias, um volume superior ao registrado no Amazonas, desconsiderando os efeitos da Zona Franca de Manaus.

pará

O montante paraense também supera os benefícios concedidos aos estados do Amapá (R$ 145 milhões) e Acre (R$ 106 milhões).

GRÃOS

amazônia

Ainda no campo do agrone-gócio, o governo federal quer expandir a produção de grãos para novas fronteiras, incluindo a Amazônia, e o Pará surge como destaque nesse novo ciclo, com potencial de aumentar, por exemplo, a produção de arroz, que atualmente se destaca na região intermediária de Breves, no arquipélago do Marajó, com a produção de arroz irrigado.

sétimo

Segundo o IBGE, na safra 2023/2024 o estado foi o 7° maior produtor de arroz do País. O desafio agora é viabilizar a logística de escoamento, o que depende de um plano em estudo e de um aporte de R$ 35 milhões do BNDES.

AUDIÊNCIA

cultura

O debate sobre o plano pluria-nual de aplicação dos recursos da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB) será realizado nesta terça-feira (17) pela Secretaria de Estado de Cultura do Pará (Secult) em parceria com o Conselho Estadual de Cultura, em audiência pública focada na execução dos anos de 2025 a 2028. Aberto ao público e sem exigência de inscrição prévia, o encontro será realizado em formato híbrido a partir das 17h, com participação presencial no salão transversal do Museu do Estado do Pará (MEP), em Belém, e acesso virtual por meio de sala on-line voltada a

participantes de outras regiões do Pará, com objetivo de coletar contribuições da sociedade civil para adequações finais do documento, que deve ser publicado no Diário Oficial ainda neste mês de junho.

EXEMPLO

ambiental

Aos 90 anos, a pajé marajoara Zeneida Lima foi a primeira cidadã a adquirir uma Cota de Proteção Ambiental (CPA) na modalidade "Não Compensatória", ação inédita no Pará. Pelo gesto, recebeu o certificado de "Amiga da Floresta" do Ideflor-Bio. A CPA é uma política do governo do Pará para apoiar Unidades de Conservação. No caso de Zeneida o gesto foi voluntário, e ela contribuiu de forma simbólica com R$ 60 para a manutenção do Parque Estadual do Utinga, uma das áreas verdes mais importantes de Belém. Para quem quiser seguir o bom exemplo, a compra é feita on-line no site do Ideflor-Bio. As CPAs Não Compensatórias são anuais e renováveis, enquanto as Compensatórias exigem adesão ao Programa de Regularização Ambiental da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sus-tentabilidade (Semas).

© Detentora da primeira Indicação Geográfica (IG) do estado reconhecida pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi), naespécieIndicação de Procedência(IP),aamêndoadecacaudo município deTomé-Açuterá, no segundo semestre, o lançamento de subprodutos que já sairão com a inscrição no rótulo para que o consumidor consiga identificar a conquista obtida em 2019.

AAssociação Cultural e Fomento de Tomé-Açu é a detentora do registro.

O presidente daFederaçãodas Indústrias do Estado do Pará (Fiepa),AlexCar-valho, e a gerente do Centro Internacio-nalde Negócios daentidade,Cassandra Lobato, participamnestasemanado 41° Encontro Econômico Brasil-Alemanha (EEBA) em Salvador (BA).

EMPOUCASLINHAS

O encontro é realizado pela Confederação Nacional da Indústria, em parceria com a Federação das Indústrias Alemãs (BDI) e a Federação das Indústrias do Estado da Bahia (Fieb).

© O mais recente relatório da Serasa aponta que 35 milhões de brasileiros têm dívidas em bancos. Em Belém, são mais de 711 mil inadimplentes. Desse número, 342.170 são de pessoas com débitos bancários na capital paraense.

© Os finais de semana de julho em Santana do Araguaia prometem um grande movimento no verão 2025, comshowsgratuitosnapraiadoBoto. OprefeitoEduardo daMachado (MDB) já anunciou atrações nacionais como Pablo, Zé Vaqueiro, Nattanzinho, Ma-

theus Fernandes e Léo Santana.

© O evento tem apoio do governo federal por meio do Ministério do Turismo, governo do Pará e Alepa.

© O governador Helder Barbalho entregou ontem máquinas agrícolas, lanchas e tratores para os municípios de Anajás, Barcarena, Limoeiro do Ajuru, Porto de Moz, São Sebastião da Boa Vista, Anapu, Curuçá, Acará, São Domingos do Capim, Pau D'Arco, Concórdia do Pará, Melgaço e Ipixuna do Pará.

© A iniciativa é do programa Pará Rural, assegurada por meio de emendas parlamentares. Foram investidos R$ 3,6 milhões para a agricultura familiar do Pará.

***Site: https://digital.maven.com.br/temp_site/issue-138114-1706202506%20-%201027512ce3ed7d7d51332e1f4253094b.pdf***

# Seguro-defeso dispara e cresce 57% este ano

***Jéssica Sant"Ana  De Brasília***

A despesa com seguro-defeso - modalidade do seguro-desemprego pago a pescadores artesanais no período em que a atividade é proibida - disparou neste ano, em meio a suspeitas de fraudes. A alta acendeu o alerta no governo, que incluiu na medida provisória (MP) alternativa ao Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) mudanças nessa rubrica para tentar controlar o gasto. A expectativa é de uma economia de R$ 1,57 bilhão neste ano e de R$ 1,7 bilhão em 2026, segundo o Ministério da Fazenda.

De janeiro a abril deste ano, o governo gastou R$ 4 bilhões com o pagamento de benefícios do seguro-defeso, segundo dados do Tesouro Nacional. O valor é 57% maior do que os R$ 2,6 bilhões gastos no mesmo período do ano passado, já considerando os dados atualizados pela **inflação**. Ainda de acordo com o Tesouro, o gasto com o programa está em R$ 6,1 bilhões considerando o período de 12 meses encerrado em abril. No ano de 2024, o programa teve um custo de R$4,4 bilhões.

Fábio Serrano, economista do BTG Pactuai, afirma que são três fatores que explicam essa alta em 2025.0 primeiro é o efeito preço, já que o benefício é igual a um salário mínimo, que cresce acima da **inflação**. O segundo tem relação a efeitos extraordinários, como o auxílio pago a pescadores atingidos pela seca do Norte e do Nordeste e a fila de requerimentos, que ficou represada no último trimestre de 2024, devido à implementação do cadastro bio-métrico. "Ao longo desse período, nem todos os benefícios foram emitidos por causa dessa mudança de cadastro, acumulando um estoque que começou a ser regularizado neste ano."

O terceiro fator, diz Serrano, pode estar ligado a irregularidades, já que o número de beneficiários do programa está acima do público-alvo. "Mesmo quando você limpa esses eventos extraordinários, há um crescimento da quantidade de beneficiários, o que leva a entender que pode ter algo acontecendo, talvez regras frouxas de cadastro", completa.

Com a MP 1.303, editada na semana passada, o governo tenta controlar o crescimento do seguro-defeso de duas maneiras. A primeira é sujeitá-lo à dotação orçamentária. Para o ano de 2025, valerá a dotação na data de publicação da MP, o que, segundo técnicos do governo, era de R$ 6,5 bilhões. Para 2026 em diante, valerá o valor que constar na Lei Orçamentária Anual.

Em tese, o governo terá que parar o programa - inclusive novas concessões - caso o limite seja atingido. Especialistas têm dúvidas se essa trava funcionará, já que teria custo social alto para o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Outra dúvida é se o seguro-defeso pode ganhar esse caráter de despesa discricionária, enquanto o seguro-desemprego, pago a celetistas, continua como despesa obrigatória sem controle de fluxo.

Outra medida da MP para tentar reduzir as concessões é a obrigatoriedade de homologação do Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP) pelo município ou distrito em que o pescador mora. É uma forma de garantir a dupla checagem do cadastro, a fim de evitar fraudes. Essa medida enfrenta resistência de confederações de pescadores, que patrocinaram uma emenda apresentada pelo deputado Silas Câmara (Republicanos-AM) para excluir da MP a obrigatoriedade de "double check".

Rafaela Vitória, economista-chefe do banco Inter, observa que a maior parte dos pagamentos do seguro-defeso em 2025 já aconteceu, uma vez que o período de defeso (pesca proibida) tende a se concentrar entre novembro até os primeiros meses do ano. Por isso, ela avalia que a MP não deve impactar o crescimento da despesa neste ano. Serrano, do BTG Pactuai, também avalia que a economia de R$ 1,5 bilhão projetada pela Fazenda parece superestimada.

Ainda assim, Vitória avalia que a medida é "importante para controlar o crescimento atípico do programa que aponta irregularidade, considerando que o número de trabalhadores na atividade de pesca artesanal, para a qual se destina o benefício, não tem variação expressiva, como pode ser monitorado pelos dados da Pnad".

Atualmente, 1,2 milhão de pescadores recebem seguro-defeso. O governo suspeita que parte desse contingente pode ser reflexo de cadastros fraudulentos, já que as regras anteriores não exigiam biometria nem a checagem do município. A exigência de biometria entrou em vigor em setembro do ano passado, mas passou a ser aplicada somente neste ano, devido a dificuldades operacionais do **INSS**.

Procurados para explicar o aumento das concessões, **INSS** e os Ministérios da Pesca e do Trabalho não responderam.

Número de beneficiários do programa está acima do público-alvo Fábio Serrano

***Site:***
***https://valor.globo.com/virador/#/edition/188234?page=1&section=1***

# Governo minimiza impacto da instalação de CPMI

***Renan Truffi e Sofia Aguiar De Brasília***

Às vésperas da sessão do Congresso prevista para esta terça-feira (17), o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva avalia que a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para a investigar as fraudes no **INSS**, caso seja instalada, será criada de forma "desdentada" e enfraquecida. Na visão de integrantes da gestão federal, o assunto esfriou e o governo conseguiu contornar a oposição para dar início ao processo de ressarcimento dos aposentados e pensionistas lesados, além de garantir que a presidência do colegiado seja de um aliado do Planalto.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), deve fazer nesta terça a leitura do requerimento e abrir caminho para a instalação da CPMI que vai investigar o escândalo de descontos indevidos no **INSS**. Como mostrou o Valor, o líder do PSD no Senado, Ornar Aziz (AM), deverá ser o presidente da CPMI. Aziz comandou o colegiado que investigou desvios

na compra de vacinas contra a covid-19 e é visto como um aliado importante do governo Lula. A oposição tenta emplacar um nome na relatoria, que ficará com um deputado, mas a decisão será do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB).

O governo monitora a instalação da comissão, mas segundo fontes, sua criação já não causa grandes preocupações.

De acordo com interlocutores de Lula, nas últimas semanas, o governo conseguiu tomar as "rédeas" da narrativa sobre as fraudes e reforçar a responsabilidade do ex-presidente Jair Bolsonaro no escândalo. Diante disso, minimizam o possível impacto negativo que poderia acarretar para o governo.

O principal argumento é que a oposição perdeu o "timing" para a instalação da comissão. Isso se dá, especialmente, porque o governo já deu início ao processo de ressarcimento dos aposentados lesados.

Na semana passada, o Executivo pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) permissão para abertura de crédito extraordinário para custeio do ressarcimento das vítimas dos descontos não autorizados e solicitou que os recursos para devolução fiquem fora dos limites de gastos para os anos de 2025 e 2026. Ainda, a ação protocolada pela Advocacia-Geral da União, tenta suspender o andamento de processos e de decisões judiciais que tratam da responsabilização da União e do **INSS** pelos descontos associativos indevidos.

***Site:***
***https://valor.globo.com/virador/#/edition/188234?page=1&section=1***

# Câmara aprova urgência para revogação de aumento do IOF por346 votos a 97

***Murillo Camarotto e Beatriz Roscoe De Brasília***

Por 346 votos a 97, o plenário da Câmara dos Deputados aprovou na segunda-feira (16) o requerimento de urgência para votação do projeto de decreto legislativo (PDL) que revoga o aumento de alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). Apesar da aprovação por larga margem, ainda não há previsão de análise do mérito do PDL, que irá depender da apresentação de medidas de corte de gastos pelo governo e da tramitação da medida provisória já encaminhada ao Congresso. A expectativa é que a nova votação ocorra daqui a duas semanas, após o feriado e as festas juninas, o que deve dar tempo para mais negociações.

O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), convocou a sessão do plenário para as 18 horas, mas os trabalhos só foram iniciados depois das 20h. Na sessão, os deputados aprovaram ainda outro requerimento de urgência, este para acelerara tramitação do projeto de lei que corrige a tabela do Imposto de Renda (IR), garantindo isenção para quem ganha até dois salários mínimos. O texto reproduz medida provisória (MP) editada em abril.

Motta passou a tarde reunido com líderes partidários e com os ministros Rui Costa (Casa Civil) e Gleisi Hoffmann (Relações Institucionais), que ouviram muitas queixas dos parlamentares.

Ao fim da reunião, o presidente da Câmara disse que reforçou aos dois ministros palacianos o que já havia dito no último sábado ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva: o Congresso não vai mais aceitar alta de **impostos** para garantir o equilíbrio das contas públicas. Segundo ele, o governo se comprometeu a encaminhar um pacote de corte de gastos. "Estamos aguardando", disse o parlamentar.

Além das legendas de oposição, partidos que juntos ocupam oito ministérios (União Brasil, PSD, PP, Republicanos e PDT) orientaram suas bancadas a votar favoravelmente ao requerimento de urgência. O PDT deixou a base cie apoio ao governo após a demissão do ex-ministro da Previdência Carlos Lupi, em meio ao escândalo do **INSS**. Os demais partidos de esquerda e o MDB votaram contra.

A iminente derrota levou o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), a liberar a bancada para votar como quisesse. A manobra visou disfarçar o tamanho da oposição que o Palácio do Planalto enfrenta na Casa. Ele avisou, contudo, que o governo não vai enviar medidas de corte sobre os programas sociais.

Integrantes do Ministério da Fazenda já contavam que a votação do requerimento teria mais de 300 votos, mas acreditam que as lideranças do Congresso se manterão abertas a dialogar sobre as medidas alternativas para evitar a derrubada do decreto. Governistas ouvidos pelo Valor também afirmaram ver espaço para negociação.

Havia uma pressão de boa parte dos líderes para que o mérito também fosse a voto, mas prevaleceu um acordo que concede mais tempo para o governo apresentar opções. Parte das alternativas consta na MP enviada semana passada ao Congresso, mas a tendência é de que o texto seja profundamente modificado.

O líder do PT na Câmara, Lind-bergh Farias (RJ), elogiou a conduta de Motta na condução do processo e disse que a votação da urgência seria uma demanda de parte dos deputados para negociar o conteúdo da MP. Ainda assim, saiu em defesa do reajuste do IOF, ao argumentar que o imposto ajudaria no equilíbrio das contas públicas sem grande efeito sobre a população mais pobre.

"Onde o trabalhador na ponta sofre com esse aumento de IOF?", perguntou o petista. "É uma medida que pega o andar de cima. Aqui nesse país, a gente vê setores que bradam por ajuste fiscal, mas sempre em cima cio povo pobre."

O presidente da Câmara, por sua vez, disse que o parlamento não defende que o ajuste seja feito em cima da população mais pobre, mas ressaltou que também há uma grande preocupação em não punir "quem produz, gera emprego e renda", referindo-se ao empresariado.

Durante a reunião com os líderes, antes da votação, Gleisi ouviu críticas que não se resumiram ao atraso no pagamento cie emendas parlamentares e ao mérito MP enviada pelo governo. Segundo relatos feitos ao Valor, "é tanta reclamação, de tanto assunto", que o

pagamento das emendas "nem de longe" resolve os problemas do governo na relação com a Câmara.

***Site:***
***https://valor.globo.com/virador/#/edition/188234?page=1***
***&section=1***

# Ministros do STF cassam decisões sobre "pej0tização"

O Supremo Tribunal Federal tem cassado decisões de juizes que desrespeitaram a ordem de suspensão das ações que discutem a contratação de trabalhador autônomo ou de pessoa jurídica para prestação de serviços - a chamada "pejotização". É o tema trabalhista em repercussão geral com maior número de processos no país. A Justiça do Trabalho já suspendeu mais de 14 mil casos.

Os dados constam do Painel de Gestão de Precedentes, lançado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT). O assunto, tratado no Tema 1389 do STF, tem quase o dobro de ações sobresta-das em comparação ao segundo colocado, o Tema 1232, que trata da inclusão de empresa integrante de grupo econômico que não participou do processo de conhecimento de ação trabalhista.

A contratação de trabalhadores autônomos ou pessoas jurídicas é comum em diversos setores, como representação comercial, corretagem de imóveis, saúde e entregas por motoboys, entre outros. No Tema 1.389, o ministro Gilmar Mendes determinou a suspensão nacional de todos os processos que tratem do assunto até o julgamento de mérito. Serão analisadas, além da validade desses contratos, a competência da Justiça do Trabalho para analisar esse tipo de ação e a quem cabe o ônus da prova na alegação de fraude (ARE 1532603).

Advogados trabalhistas que defendem as empresas, no entanto, vêm reclamando do grande número de ações que cotinuaram a tramitar, apesar da ordem de suspensão. Em um caso, por exemplo, que discutia a possível ocorrência de fraude na contratação de um trabalhador como pessoa jurídica por uma empresa de tecnologia, o juízo da 45a Vara do Trabalho de São Paulo suspendeu o andamento, mas só depois de ter realizado uma audiência no dia 15 de maio, quase um mês depois da decisão de suspensão (processo n° 1001704-11.2023.5.02.0045).

Em outros casos, foi necessário ingressar com reclamação no Supremo para garantir a suspensão do processo. Uma ação envolvendo uma clínica e um médico teve a sentença proferida em 13 de maio, também um mês depois da ordem de suspensão. A decisão foi cassada pelo ministro Dias Toffoli e a 24a Vara do Trabalho de Porto Alegre foi obrigada a aguardar a decisão do STF (Rcl 79913).

Segundo o advogado da empresa no processo, Luiz Eduardo Amaral de Mendonça, do FAS Advogados, quase todos os novos casos de "pejotização" que são distribuídos na Justiça do Trabalho só são suspensos após a audiência inicial ou após tentativa de conciliação. "Os juizes tentam celebrar acordo entre as partes e, se negada a tentativa, suspendem a ação", diz.

Esse procedimento, acrescenta, obriga as empresas reclamadas a elaborar uma defesa sem saber ao certo qual será a decisão do STF. "Além disso, se os ministros futuramente entenderem que a Justiça do Trabalho não é mais competente para julgar esses casos, a homologação do acordo perde o efeito e as empresas poderão ser autuadas pela **Previdência Social** por alguma discriminação de verba paga em acordo que não tenha caráter salarial", afirma Amaral.

Mayra Palópoli, do Palópoli Al-brecht Advogados, identifica as razões usadas pelos magistrados para justificar a continuidade dos processos. Uma delas seria a interpretação de que o caso concreto comporta distinção relevante (distinguishing) em relação à controvérsia central.

Foi o que aconteceu em outro processo levado ao STF via reclamação. Nele, runa advogada pedia nuli-dade de contrato verbal de prestação de serviços e o pagamento das verbas trabalhistas decorrentes de vínculo de emprego. Na 15a Vara do Trabalho de São Paulo, o juízo entendeu que não era o caso de suspender a ação, por não se tratar de "pejotização", apenas de nulidade do contrato verbal. Em decisão monocrática, porém, o ministro Luiz Fux explicou que o escopo da decisão de Gilmar Mendes é maior e ordenou a suspensão do caso(Rcl 80339).

Gabriella Valdambrini, advogada do caso, afirma que "todas

as ações trabalhistas que discutam a nulidade de contratos civis devem ser suspensas até que o Supremo defina, de forma vincu-lante, tanto a competência material quanto o ônus da prova nesses casos. Isso vale independentemente de o contrato entre as partes ter sido celebrado de forma expressa ou tácita."

A Associação Nacional dos Magistrados Trabalhistas (Anamatra) diz, em nota, que está acompanhando as discussões e que esse tipo de caso gera controvérsia mesmo dentro do Supremo. "Fíá divergência no próprio STF no que diz respeito à necessidade de se ter contrato escrito, cuja validade se discute, para que a suspensão seja imposta. Com efeito, há decisões do STF no sentido de que, não havendo contrato escrito entre a empresa contratante e o 'pejotiza-do', o processo podería tramitar normalmente, pois não se insere na discussão que está em debate no Tema 1389", afirma.

Mayra Palópoli também identifica outros argumentos para a continuidade dos processos: a existência de decisão definitiva anterior e o entendimento de que os atos ins-trutórios podem ser aproveitados, com a suspensão sendo aplicada apenas na fase decisória. "Essas condutas revelam a complexidade do tema e a margem interpretativa ainda presente no cenário jurídico.

Esse contexto impõe cautela, uma vez que o simples protocolo de pedido de suspensão não representa, necessariamente, a paralisação automática do feito."

Um caso em particular chegou ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A desembaigadora Vânia Maria Cunha Mattos, do Tribunal Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul (TRT-RS) foi alvo de reclamação disciplinar, instaurada de ofício, após reverter a suspensão da tramitação de dois processos e defender a competência dajustiça do Trabalho para resolver as questões de contratos civis de prestação de serviços (processo n° 002507- 71.2025.5.04.0000).

Segundo Renata Olandim, advogada do Machado Meyer, o maior problema é a incompreensão a respeito da abrangência da suspensão. "Os magistrados estão se atendo ao item 2 do acórdão de suspensão, que trata da "licitude da contratação de trabalhador autônomo ou pessoa jurídica para a prestação de serviços", e restringindo esse entendimento aos casos de pejotização."

Ela explica, no entanto, que no acórdão que definiu a repercussão geral da matéria, o ministro deixou claro que a abrangência da questão era, em outras palavras, todos os contratos de prestação de serviços que não fossem no modelo da Uber, que já está sendo discutido em outro recurso (RE 1446336).

***Site:***
***https://valor.globo.com/virador/#/edition/188234?page=1&section=1***

# Aposentados do INSS descobrem débitos automáticos indevidos no benefício

***Júlia Galvão***

Após o escândalo das fraudes dos descontos de associações e sindicatos nos benefícios do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social), aposentados e pensionistas afirmam ter encontrado outros débitos não autorizados , agora ligados a seguradoras e clubes de benefícios. Os descontos indevidos não são feitos diretamente na folha de pagamento do **INSS**, como na fraude das associações, mas sim quando o pagamento do benefício entra na conta bancária.

Segundo as denúncias, os segurados vêm denunciando na Justiça ou em páginas de reclamação na internet débitos automáticos não autorizados.

Dados do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) mostram que três dessas empresas -Grupo Aspecir (União Seguradora e Aspecir Previdência), Sebraseg/Binclub e Paulista Serviços- somam mais de 45 mil processos judiciais pendentes.

À Folha as empresas negam irregularidades e, assim como os bancos, afirmam operar de acordo com as regras do Banco Central. O **INSS** diz que não tem acesso a esse tipo de movimentação financeira e a Susep (Superintendência de Seguros Privados) informa estar investigando casos.

A aposentada Selma Lisboa, 71 anos, foi uma das vítimas de descontos indevidos que ocorriam em sua aposentadoria após o recebimento de seu benefício no Bradesco . Os débitos, de R$ 69,90 por mês, começaram em maio de 2023 e eram realizados pela empresa Eagle Sociedade de Crédito Direto.

Familiares de Selma contam que, em 2024, passaram a ocorrer também descontos em nome da Aspecir. O filho da aposentada diz que entrou em contato com o banco e a gerente informou que sua mãe havia autorizado os descontos, mas a aposentada afirma que nunca reconheceu essa autorização.

Para cancelar os débitos, Selma precisou da ajuda do filho, que conseguiu bloquear a autorização para débitos automáticos no final do ano passado. Ele diz que não tentou recuperar os valores descontados por acreditar que o processo seria muito complicado e que o dinheiro dificilmente seria devolvido.

Vera, também de 71 anos, conta que descobriu os descontos em seu benefício por acaso. "Estava sempre com menos dinheiro. Recebo salário mínimo. Falei com o banco e eles bloquearam", diz a segurada, que preferiu não divulgar seu nome completo.

Os débitos ocorriam em sua conta no Bradesco e, segundo ela, por seis meses, valores eram retirados assim que a aposentadoria era depositada: R$ 62,60 em nome da Suda Club e R$ 59,65 em nome da Pserv (Paulista Serviços).

"Comecei a brigar com o banco, porque não entendia como eles autorizaram tirar da minha aposentadoria. Depois de muita insistência, bloquearam a cobrança. Isso foi em 2023", afirma. O total descontado chegou a R$ 1.222,25, valor que ela diz não ter conseguido reaver até hoje.

Vera relata ainda que o mesmo aconteceu com o marido, que teve descontos mensais de R$ 88, registrados em extratos do Itaú .

Outra vítima, que preferiu não se identificar, relata que a mãe, de 70 anos, teve três débitos consecutivos realizados por uma seguradora entre setembro e novembro do ano passado. No total, ela afirma que R$ 235 foram retirados da conta bancária dela, além da cobrança de taxas de juros pelo uso do cheque especial .

Segundo o filho, sua mãe saca o benefício assim que o valor é creditado. No entanto, como os débitos ocorriam imediatamente após o depósito, o saldo ficava negativo sem que ela percebesse. A seguradora responsável devolveu os valores cobrados, mas o banco se recusou a estornar os juros.

Uma reclamação foi registrada no Banco Central, solicitando esclarecimentos e ressarcimento. Em nenhum momento teriam sido apresentadas provas de que a aposentada teria aceitado os descontos, afirma.

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

Jefferson Aires, auxiliar administrativo, responsável por cuidar da aposentadoria da mãe, de 66 anos,

conta que, no dia 26 de agosto de 2024, recebeu uma notificação no aplicativo do banco informando que, a partir do mês seguinte, haveria um desconto de R$ 78 no benefício em nome da Aspecir.

Aires tentou contato com a empresa por telefone e email, mas diz que nunca obteve resposta. Apesar do aviso, o desconto não foi efetivado. Ele diz seguir monitorando os extratos de pagamento da mãe para garantir que nenhum débito indevido seja realizado.

Silvio Fortunato, 75, é aposentado e diz enfrentar há quase um ano descontos recorrentes em sua conta bancária. Segundo o filho, os débitos são realizados por mais de uma empresa e começaram em 2023.

Com a ajuda de uma gerente do Itaú, a família conseguiu estornar três meses de descontos e bloquear os lançamentos futuros. Mesmo assim, em alguns momentos, os descontos voltam a aparecer.

"Temos que ir à agência sempre que surge um novo desconto. Eles estornam, mas não resolve. Daí passa um tempo e aparece outro, às vezes com outro nome. Aí é o mesmo processo: falar com a gerente, entrar no aplicativo e bloquear de novo o débito automático", relata o filho do aposentado.

A situação, segundo ele, é especialmente grave porque o pai recebe apenas um salário mínimo.

O débito automático feito por seguradoras, clubes de benefícios e empresas do setor financeiro é diferente dos descontos de mensalidades associativas que vêm sendo investigados pela Polícia Federal e a CGU (Controladoria-Geral da União), na operação Sem Desconto.

No caso das mensalidades associativas, o valor era descontado diretamente da folha de pagamento do **INSS**, antes mesmo de o benefício ser creditado, pois havia um convênio entre essas associações e o governo.

Nestes novos casos, de seguradoras e clubes de benefícios, o valor é debitado da aposentadoria ou pensão logo que é pago pelo **INSS** ao segurado, por meio da conta bancária em que recebe o benefício.

Nos dois casos, no entanto, os descontos deveriam ter sido autorizados pelos segurados. Para quem não reconhece mensalidades associativas, é possível bloquear o valor por meio do aplicativo ou site Meu **INSS** .

Em caso de débito automático, é preciso fazer o bloqueio diretamente na seguradora ou no clube de benefícios.

Plataformas de reclamação como o Reclame Aqui registram centenas de queixas relacionadas a descontos indevidos. Na Justiça, segundo o CNJ, somente três empresas somam 45 mil processos.

A Aspecir Previdência, empresa do mesmo grupo da União Seguradora, tem 450 reclamações em seis meses -metade delas envolvendo débitos não autorizados. A União Seguradora, por sua vez, acumula 34 queixas no mesmo período, sendo 84% por cobranças indevidas.

A Binclub tem 261 reclamações, das quais 59,75% se referem a cobranças não reconhecidas. A Sebraseg teve 252 registros, com 62,01% das queixas relacionadas ao mesmo tipo de problema. Já a Paulista Serviços soma 291 reclamações, sendo 56,96% também por cobranças indevidas.

A Paulista Serviços diz que atua exclusivamente na intermediação técnica da cobrança autorizada por outras empresas. "Não operamos descontos em folha de pagamento de benefícios do **INSS**, tampouco temos relação com consignações", diz em nota.

"Mantemos rígidos controles sobre os eventuais contatos dos consumidores finais e de índices de reclamações que, há cerca de dois anos, se mantêm inferior a 2,5% da carteira, e respondemos integralmente eventuais questionamentos. Lamentamos qualquer transtorno relatado e reforçamos nosso compromisso com a transparência e a boa-fé", completa.

A União Seguradora, empresa do Grupo Aspecir, diz que toda a comercialização de seus seguros é feita por corretores registrados, e que, ao identificar qualquer insatisfação ou arrependimento por parte do cliente, realiza o ressarcimento integral dos valores pagos.

Afirma ainda, em nota, que desde sua fundação, se pauta pelo compromisso com a ética, a transparência e a responsabilidade nas relações com seus clientes, parceiros e órgãos reguladores.

A Sebraseg/Binclub afirma nunca ter feito descontos em folha de pagamento do **INSS**. Com relação à quantidade de processos em andamento na Justiça, diz que seu escritório assumiu as demandas em janeiro de 2025, realizou auditoria interna e afastou diretores que estão sob suspeita de irregularidades, inclusive com furto e manipulação de dados.

"Os referidos diretores se aproveitaram da doença (câncer) que padece o presidente das empresas, senhor Gelci, e cometeram irregularidades em várias

documentações de clientes", informa a empresa em nota. A Binclub também diz que está reembolsando todos os clientes. "Ressaltamos que nenhum cliente ficará lesado, bem como todas as medidas estão sendo tomadas para solucionar a situação", adiciona.

Em nota, a Eagle Sociedade de Crédito diz que atuou como prestadora de serviço de arrecadação para terceiros, utilizando procedimentos tecnológicos para prestação deste serviço e de convênios firmados com instituições bancárias.

"A Eagle SCD não realizava ou realiza a comercialização de produtos de assistência, seguros, ou qualquer outro produto similar a aposentados e pensionistas do **INSS**. Informamos ainda que optamos por suspender a prestação do serviço de cobrança a terceiros nessa modalidade de débito em conta, notificamos todos os contratantes e suspendemos todos os débitos existentes", informa a empresa.

A Sudaclub, em nota, diz que está ciente e que não há qualquer ligação entre a empresa e os descontos relacionados ao **INSS**. "Cumpre-nos salientar que toda e qualquer situação relacionada aos nossos contratos são resolvidas tanto de forma administrativa quanto judicial, se acaso houver necessidade. Sempre com a intenção de se evitar qualquer desgaste de nossos clientes", afirma a empresa.

A empresa também diz seus contratos "são pautados na ética comercial e boa-fé, além de sempre estarmos atentos às Leis Consumeristas em todas as relações comerciais dos ramos que atuamos".

Em nota, o **INSS** diz que não tem acesso nem controle sobre movimentações financeiras em contas bancárias de aposentados e pensionistas.

"Débitos automáticos relacionados a seguros, clubes de benefícios ou outros serviços são operações de natureza bancária, contratadas diretamente entre o beneficiário e as instituições financeiras, sem qualquer relação com o pagamento do benefício previdenciário", diz o instituto.

Caso identifique algum débito não reconhecido, a autarquia afirma que o beneficiário deve procurar imediatamente sua instituição financeira para contestar a cobrança e, se necessário, acionar os órgãos de defesa do consumidor.

Em nota, a Susep (Superintendência de Seguros Privados), autarquia responsável por fiscalizar as seguradoras, informou que há ações de supervisão em andamento para apurar indícios de contratações não reconhecidas por consumidores em algumas das empresas sob sua supervisão.

O órgão destacou que eventuais medidas serão tomadas à medida que essas apurações avancem ou sejam concluídas. Se forem constatadas infrações que extrapolem sua esfera de atuação, a Susep afirma que encaminhará os indícios e documentos às autoridades competentes.

Em nota, o Bradesco afirma que segue todas as normas do Banco Central relativas ao serviço de débito automático em conta-corrente.

"Visando maior transparência, o Bradesco adota a prática de comunicação prévia aos clientes via push e pelos canais de relacionamento, além de apresentar o agendamento em lançamentos futuros do extrato de conta-corrente, permitindo ao cliente conhecer, concordar ou ainda contestar, quando for o caso, sendo atendido de imediato em situações que requeiram o eventual cancelamento", afirma o banco.

O Itaú Unibanco também diz todas as diretrizes do BC e informa que os clientes são notificados antecipadamente sobre eventuais lançamentos de débitos enviados por instituições intermediárias. Com isso, têm a possibilidade de solicitar o cancelamento em seus canais de atendimento.

"Diante de contestações, o banco acata o pedido de cancelamento do débito e prossegue com o estorno nos casos devidos", diz o banco.

Em nota, a Febraban (Federação Brasileira de Bancos), afirma que a federação e seus bancos associados não compactuam com qualquer prática ilícita ou abusiva contra o consumidor e seguem integralmente as normas do Banco Central relativas ao serviço de débito automático em conta corrente.

"Especificamente, a resolução 4.790 do CMN (Conselho Monetário Nacional), de março de 2020, determina que as instituições financeiras devem aceitar os comandos de débitos interbancários, comandados por outra instituição financeira", diz federação.

A entidade afirma ainda que essa regra estabelece caber exclusivamente às instituições que enviam esses pedidos obterem autorização junto aos clientes. Da mesma forma, o CMN determina que, caso não haja reconhecimento do débito, o cliente deve procurar o banco que originou essa despesa e pedir a suspensão do pagamento.

A Febraban diz também que tem uma agenda permanente com o Banco Central e que o aprimoramento da resolução 4.790 já foi solicitado.

"Apesar da existência dessa regra, diante das reclamações de clientes que não reconhecem os débitos, alguns bancos estão bloqueando de imediato o débito futuro e realizam as tratativas para solução e esclarecimento junto as empresas", adiciona.

Em casos de descontos indevidos, a Susep indica que os consumidores devem:

***Site:***
***https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2025/06/aposentados-do-inss-descobrem-debitos-automaticos-indevidos-no-beneficio.shtml***

# Saiba como fazer a assinatura digital de documentos no Gov.br

***Cristiane Gercina***

Cidadãos que precisam validar a assinatura de documentos podem utilizar o serviço de assinatura digital gratuita oferecida pelo governo federal por meio do portal Gov.br . Para isso, é preciso ter senha com nível prata ou ouro.

A assinatura digital permite que o contribuinte possa validar seus documentos, enviar a vários órgãos federais, estaduais e municipais sem precisar pagar nenhuma taxa como a cobrada pelo reconhecimento de firma em cartórios.

A medida foi ampliada em 2020, com publicação do decreto 10.543 , de 13 de novembro, ano da pandemia de Covid-19, quando eram necessárias ações digitais para evitar aglomerações, mas existe em lei desde 2001, quando foi criado o certificado digital.

Em 2023, ganhou força com a modernização dos sistemas do Gov.br e bateu mais de 73 milhões em 2024. Os dados de 2025 ainda estão sendo levantados.

Especialistas afirmam que o modelo é seguro, embora para ter o nível prata ou ouro no Gov.br o cidadão precise autorizar o governo federal a ter acesso a dados como o CPF, informações da **Receita Federal**, endereço e dados biométricos.

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

É uma chave digital que permite ao cidadão assinar documentos de forma eletrônica, sem precisar gastar com validação de assinatura em cartório.

A medida vale para serviços e órgãos públicos que tenham essa interligação digital. Para ter assinatura eletrônica, é preciso ter uma senha de nível prata o ouro no portal Gov.br .

Todos os contribuintes que possuem conta ouro ou prata no portal Gov.br podem ter acesso à assinatura digital sem burocracia, ou seja, sem precisar ir a cartório, sem necessidade de pagar taxas ou de nomear representantes para algum tipo de negociação.

É preciso, no entanto, liberar ao governo acesso a dados como imagem do cidadão, biometria, documentos e validação de CPF e de dados da **Receita Federal**. Em geral, ao ter a conta prata ou ouro por meio da rede bancária, por exemplo, o cidadão já autorizou acesso a esses dados.

Todos os documentos podem ter assinatura eletrônica, desde que estejam digitalizados e salvos no computador ou no celular. No entanto, o site do governo aceita apenas arquivos cusjo formato seja .DOC, .DOCX, .ODT, .JPG, .PNG ou .PDF com até 20 MB.

Há três tipos de assinatura eletrônica:

Segundo o governo federal, a conta gov.br é um meio de acesso do usuário aos serviços públicos que são oferecidos de forma digital. Essa conta garante a identificação de cada cidadão que acessa os serviços.

Quem tem nível prata ou ouro acessa uma lista de serviços que podem facilitar o dia a dia. São informações ligadas ao PIS/Pasep, ao **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social), à **Receita Federal** e ao SVR do Banco Central, por exemplo.

Dentre os sistemas que é possível acessar estão:

***Site:***
***https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2025/06/saiba-como-fazer-a-assinatura-digital-de-documentos-no-govbr.shtml***

# PF prende dois em operação contra fraudes no INSS em descontos de aposentadorias e pensões

A Polícia Federal cumpriu dois mandados de prisão preventiva e cinco mandados de busca e apreensão na manhã desta quinta-feira no âmbito da Operação Sem Desconto , que apura esquema de descontos associativos não autorizados em aposentadorias e pensões do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). A ação ocorreu nas cidades de Aracaju, Cristinápolis e Umbaúba, em Sergipe.

A Justiça determinou o sequestro de cinco imóveis vinculados aos investigados que foram avaliados em aproximadamente R$ 12 milhões. O objetivo da operação, segundo a PF, é recuperar bens e avançar nas investigações sobre os descontos indevidos.

A operação foi inicialmente deflagrada em abril pela PF em conjunto com a Controladoria-Geral da União (CGU). Conforme apuração, as entidades cobraram de aposentados e pensionistas R$ 6,3 bilhões entre 2019 e 2024. No dia, foram cumpridos 211 mandados judiciais de busca e apreensão, ordens de sequestro de bens no valor de mais de R$ 1 bilhão e seis mandados de prisão temporária.

O escândalo gerou a demissão do então ministro da **Previdência Social**, Carlos Lupi , e do ex-presidente do **INSS** Alessandro Stefanutto. A fraude já vinha dando sinais há mais de um ano. O aumento dos descontos associativos veio acompanhado com um crescimento do número de denúncias e processos de aposentados e pensionistas contra entidades de classe, alegando que não haviam autorizado os descontos direto nas folhas de pagamento.

A PF afirmou em relatório encaminhado à Justiça que o **INSS** ignorou alertas de aposentados e de autoridades sobre fraudes nos descontos associativos de sindicatos feitos na folha de pagamento dos beneficiários.

Segundo a PF, as "medidas preventivas" para impedir a ocorrência das fraudes não foram "sustentadas pelo **INSS**" "a despeito das reiteradas manifestações da ocorrência de descontos associativos indevidos, de uma multiplicidade de notícias veiculadas na imprensa acerca da ocorrência de descontos sem autorização dos beneficiários, de Acórdão do Tribunal de Contas da União requerendo a suspensão desses descontos até a adoção da solução de biometria normativamente prevista".

Conforme a investigação, ex-diretores e pessoas relacionadas a eles receberam, ao todo, mais de R$ 17 milhões em transferências de indivíduos apontados como intermediários das associações. A PF também identificou que um dos integrantes do **INSS** teria sido beneficiado com um carro de luxo que custa pelo menos meio milhão de reais.

***Site:***
***https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2025/06/17/pf-prende-dois-e-sequestra-imoveis-em-operacao-contra-fraudes-no-inss-em-descontos-de-aposentadorias-e-pensoes.ghtml***

# Líderes do governo deixam base desprotegida no Congresso, que pode instaurar CPI do INSS nesta terça

***Lauriberto Pompeu***

Enquanto o governo enfrenta derrotas e pressões crescentes no Congresso, a atuação discreta de seus principais líderes têm dividido aliados e provocado debates na base sobre a melhor estratégia para conter danos. Em momentos de acirramento político, os articuladores escalados para defender a posição do Palácio do Planalto têm se mantido distantes, abrindo espaço para o avanço da oposição e para o isolamento de ministros em idas ao Parlamento.

O governo Lula sofreu na segunda-feira, por exemplo, uma derrota que ilustra bem a situação. Mesmo após semanas de conversas para aliviar a pressão, os deputados aprovaram requerimento de urgência para acelerar a tramitação de proposta que derruba a alta do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), medida elaborada pelo ministro da Fazenda Fernando Haddad . Antes da votação, a ministra da Secretaria de Relações Institucionais (SRI), Gleisi Hoffmann , elogiou a condução do presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB). Outros aliados do Planalto também preferiram contemporizar, trabalhar na liberação de emendas, e não escalar na retórica.

Hoje, está prevista ainda sessão do Congresso em que será lido requerimento para a abertura da CPI do **INSS**, da qual o governo será alvo. Também devem ser derrubados vetos presidenciais.

Nas últimas semanas, dois episódios ocorridos no Senado ilustraram o enfraquecimento da linha de frente. Durante sessão da Comissão de Infraestrutura, a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, foi hostilizada por senadores e acabou deixando o plenário sem receber qualquer gesto público de apoio dos líderes do governo.

Nenhuma manifestação contundente veio do senador Randolfe Rodrigues (PT-AP), líder do governo no Congresso, nem de Jaques Wagner (PT-BA), líder do governo no Senado, que não estavam presentes no momento mais intenso do debate.

Em outro momento, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o governo sofreu uma derrota com a aprovação do projeto que susta decretos de demarcação de terras indígenas assinados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

No instante da votação, Wagner - que integra a comissão - não registrou voto e se retirou do colegiado, mesmo com a presença de aliados contrários à medida do Executivo. A ausência contribuiu para consolidar a vitória da oposição e expôs a fragilidade da articulação em torno de uma pauta sensível para a agenda ambiental do governo.

Na crise do IOF, enquanto Motta assumiu a dianteira das críticas e deu prazo para que a equipe econômica apresentasse uma alternativa, os líderes do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), e do PT, Lindbergh Farias (RJ) evitaram protagonismo.

Nenhum dos dois defendeu publicamente o governo ou se colocou como interlocutor político visível na tentativa de desmobilizar o texto articulado por partidos de centro que fazem parte da base e da oposição.

Procurado, o líder do PT na Casa adotou um tom de cautela sobre a crise causada pelo aumento do imposto e evitou um confronto com Motta ou o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP)

- O Hugo está levantando pontos importantes, a questão de benefícios tributários (como alternativa ao aumento do IOF), mas a gente tem que tomar uma decisão para que isso não vire uma coisa que tire muitos direitos. O governo sabe que tem uma questão fiscal importante - disse.

Integrantes da base reconhecem que não há um estilo aguerrido por parte de alguns líderes em situações desconfortáveis para o governo, mas minimizam isso e dizem que é natural que integrantes da articulação adotem um perfil mais pragmático.

Também é apontado o fato de que muitas vezes um estilo de combate prejudicaria a relação do governo com os presidentes da Câmara e do Senado. Mesmo integrantes mais à esquerda da base de Lula avaliam que Motta e Alcolumbre representam todo o

Congresso, não só o governo, e que esticar a corda em situações adversas serviria para piorar o clima.

Apesar disso, há na Câmara a intenção de corrigir a rota em relação ao que aconteceu com Marina Silva no Senado. Diferentemente do que fizeram os senadores do partido, parte dos deputados do PT pretende lutar para obstruir e impedir que a flexibilização do licenciamento ambiental seja pautada na Câmara.

Por outro lado, o líder do MDB na Casa, Isnaldo Bulhões (AL), declarou que ninguém do governo o procurou para pedir para votar contra as novas regras do licenciamento ambiental, pauta que preocupa a ministra.

- Ninguém falou comigo sobre licenciamento ambiental, nem contra e nem a favor. Acho que passa, não tem dificuldade de passar na Câmara, não vi nenhuma reação. Não conheço profundamente as modificações que o Senado fez, mas não vejo dificuldade.

Por meio de sua assessoria, Jaques Wagner encaminhou uma nota que já havia divulgado quando Marina foi alvo de ataques no Senado. "O senador participa ativamente das comissões temáticas do Senado, além de acompanhar as sessões do plenário e manter uma agenda de articulação política intensa na condição de líder do Governo na Casa", disse.

Também no mesmo dia em que Marina foi alvo dos senadores, Randolfe reconheceu que a base do governo tem um número menor de parlamentares "dispostos ao combate" do que a oposição.

- Temos parlamentares da oposição que estão mais dispostos ao combate do que nós. Não conseguimos cobrir todas as comissões ao mesmo tempo. Isso é uma circunstância que está dada desde 1º de fevereiro de 2023 quando tomou posse essa atual legislatura.

Integrantes da articulação reconhecem que não há maioria no Congresso e que é inviável escalar parlamentares governistas para servirem como tropa de choque em toda sessão importante para o governo.

Mesmo assim, há um entendimento de que os presidentes do Senado e da Câmara, mesmo com as adversidades de o Executivo ter uma base frágil, têm ajudado com os temas de interesse do governo.

O líder do governo na Câmara, José Guimarães , nega que não se comprometa em temas delicados para o Planalto.

- Eu não fico ausente de nada. Participo de tudo, até o almoço de terça com o presidente (Lula, com Haddad e líderes governistas) - defendeu-se.

***Site:***
***https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2025/06/17/lideres-do-governo-deixam-base-desprotegida-no-congresso-que-pode-instaurar-cpi-do-inss-nesta-terca.ghtml***

# Garanta seu auxílio do INSS: como proceder após acidente de trabalho

Acidentes de trabalho não escolhem hora nem lugar: podem ocorrer em uma linha de produção, durante o expediente em um escritório ou até mesmo no trajeto entre a casa e o local de trabalho. Sofrer um acidente de trabalho é mais comum do que se imagina e, infelizmente, muitos trabalhadores ainda não sabem como agir após esse tipo de ocorrência.

Dúvidas sobre afastamento, direitos previdenciários, indenizações e, especialmente, sobre o auxílio-acidente são frequentes e, muitas vezes, mal compreendidas.

Como empresa especializada no suporte a vítimas de acidentes para a obtenção de benefícios e indenizações, a DS Beline atua diariamente no acompanhamento de casos envolvendo acidentes laborais e tem consciência de que o primeiro passo rumo à recuperação é a informação.

Pensando nisso, organizamos abaixo as principais orientações para quem sofreu um acidente de trabalho e quer entender seus próximos passos:

1. Priorize o atendimento médico e mantenha a documentação em dia: seja encaminhado diretamente ou por conta própria, o primeiro passo após o acidente é buscar atendimento médico. Certifique-se de que as lesões sejam documentadas com laudos, exames e prontuários médicos, pois essas evidências serão fundamentais mais adiante. Evite depender apenas de atestados simples.

2. Solicite a emissão da CAT (Comunicação de Acidente de Trabalho): a CAT formaliza que o acidente ocorreu em função do trabalho e deve ser emitida o mais rápido possível. A empresa é a principal responsável pela emissão, mas, na ausência dela, o sindicato ou um médico também podem emitir. Esse documento é essencial para garantir o reconhecimento do acidente pelo **INSS**.

3. Entenda se há necessidade de afastamento: caso o afastamento ultrapasse 15 dias, é necessário agendar uma perícia médica no **INSS** para solicitar o auxílio-doença acidentário (B91). A partir dessa avaliação, o trabalhador poderá ser afastado com remuneração assegurada e direito à estabilidade por 12 meses após o retorno.

4. Solicitação do auxílio-acidente: se, após o tratamento e retorno ao trabalho, restarem sequelas que reduzam sua capacidade de exercer plenamente a função habitual, o trabalhador pode ter direito ao auxílio-acidente, previsto no artigo 86 da Lei 8.213/91. Esse é um benefício indenizatório pago pelo **INSS**, mesmo que o segurado volte a trabalhar normalmente.

Características do auxílio-acidente:

Corresponde a 50% do salário de benefício;

Pode ser acumulado com outros rendimentos, como salário;

É interrompido apenas em caso de óbito, aposentadoria ou recuperação total da capacidade;

É um direito de empregados urbanos, rurais, domésticos, avulsos e segurados especiais;

A comprovação da redução da capacidade laboral e do nexo causal com o acidente é essencial.

5. Prepare a documentação necessária: para dar entrada no benefício, é preciso reunir os seguintes documentos:

Laudos médicos, exames e prontuários completos;

CAT (Comunicação de Acidente de Trabalho);

Documentos pessoais e comprovantes de vínculo empregatício;

Requerimento preenchido no portal ou aplicativo Meu **INSS**.

A perícia médica do **INSS** será um dos momentos mais importantes. Esteja preparado para explicar detalhadamente como as sequelas impactam sua rotina e atividades no trabalho.

6. Conte com suporte especializado: erros no preenchimento, documentação incompleta ou falhas na argumentação médica são causas comuns de indeferimento do benefício. Ter o acompanhamento de uma empresa especializada, como a nossa, aumenta significativamente as chances de êxito no reconhecimento do direito.

7. Saiba que há possibilidade de recurso: se o **INSS** negar o benefício, o trabalhador pode apresentar recurso administrativo diretamente pelo Meu **INSS**. Caso isso não seja suficiente, é possível buscar orientação jurídica para judicializar o pedido. O mais importante é reunir provas médicas robustas e manter a documentação em ordem.

8. Estabilidade no emprego após o acidente: trabalhadores que recebem o auxílio-doença acidentário (B91) têm garantia de estabilidade de 12 meses no emprego após o retorno ao trabalho, conforme estabelece a legislação previdenciária. Essa é uma segurança importante durante a recuperação e reintegração ao mercado.

O auxílio-acidente é mais do que um benefício: é o reconhecimento do esforço contínuo de quem, mesmo após um acidente, segue enfrentando limitações no exercício da profissão. Garantir esse direito é parte do processo de recuperação da dignidade, segurança e estabilidade do trabalhador.

(*) Caroline Alves é gerente de planejamento da DS Beline.

***Site: https://www.terra.com.br/economia/garanta-seu-auxilio-do-inss-como-proceder-apos-acidente-de-trabalho,c3f77aeeab914e91346a00e46a778e22mz7arjon.html***

# Aposentados do INSS descobrem débitos automáticos indevidos no benefício (inss)

***Júlia Galvão***

Após o escândalo das fraudes dos descontos de associações e sindicatos nos benefícios do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social), aposentados e pensionistas afirmam ter encontrado outros débitos não autorizados , agora ligados a seguradoras e clubes de benefícios. Os descontos indevidos não são feitos diretamente na folha de pagamento do **INSS**, como na fraude das associações, mas sim quando o pagamento do benefício entra na conta bancária.

Segundo as denúncias, os segurados vêm denunciando na Justiça ou em páginas de reclamação na internet débitos automáticos não autorizados.

Dados do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) mostram que três dessas empresas -Grupo Aspecir (União Seguradora e Aspecir Previdência), Sebraseg/Binclub e Paulista Serviços- somam mais de 45 mil processos judiciais pendentes.

À Folha as empresas negam irregularidades e, assim como os bancos, afirmam operar de acordo com as regras do Banco Central. O **INSS** diz que não tem acesso a esse tipo de movimentação financeira e a Susep (Superintendência de Seguros Privados) informa estar investigando casos.

A aposentada Selma Lisboa, 71 anos, foi uma das vítimas de descontos indevidos que ocorriam em sua aposentadoria após o recebimento de seu benefício no Bradesco . Os débitos, de R$ 69,90 por mês, começaram em maio de 2023 e eram realizados pela empresa Eagle Sociedade de Crédito Direto.

Familiares de Selma contam que, em 2024, passaram a ocorrer também descontos em nome da Aspecir. O filho da aposentada diz que entrou em contato com o banco e a gerente informou que sua mãe havia autorizado os descontos, mas a aposentada afirma que nunca reconheceu essa autorização.

Para cancelar os débitos, Selma precisou da ajuda do filho, que conseguiu bloquear a autorização para débitos automáticos no final do ano passado. Ele diz que não tentou recuperar os valores descontados por acreditar que o processo seria muito complicado e que o dinheiro dificilmente seria devolvido.

Vera, também de 71 anos, conta que descobriu os descontos em seu benefício por acaso. "Estava sempre com menos dinheiro. Recebo salário mínimo. Falei com o banco e eles bloquearam", diz a segurada, que preferiu não divulgar seu nome completo.

Os débitos ocorriam em sua conta no Bradesco e, segundo ela, por seis meses, valores eram retirados assim que a aposentadoria era depositada: R$ 62,60 em nome da Suda Club e R$ 59,65 em nome da Pserv (Paulista Serviços).

"Comecei a brigar com o banco, porque não entendia como eles autorizaram tirar da minha aposentadoria. Depois de muita insistência, bloquearam a cobrança. Isso foi em 2023", afirma. O total descontado chegou a R$ 1.222,25, valor que ela diz não ter conseguido reaver até hoje.

Vera relata ainda que o mesmo aconteceu com o marido, que teve descontos mensais de R$ 88, registrados em extratos do Itaú .

Outra vítima, que preferiu não se identificar, relata que a mãe, de 70 anos, teve três débitos consecutivos realizados por uma seguradora entre setembro e novembro do ano passado. No total, ela afirma que R$ 235 foram retirados da conta bancária dela, além da cobrança de taxas de juros pelo uso do cheque especial .

Segundo o filho, sua mãe saca o benefício assim que o valor é creditado. No entanto, como os débitos ocorriam imediatamente após o depósito, o saldo ficava negativo sem que ela percebesse. A seguradora responsável devolveu os valores cobrados, mas o banco se recusou a estornar os juros.

Uma reclamação foi registrada no Banco Central, solicitando esclarecimentos e ressarcimento. Em nenhum momento teriam sido apresentadas provas de que a aposentada teria aceitado os descontos, afirma.

Jefferson Aires, auxiliar administrativo, responsável por cuidar da aposentadoria da mãe, de 66 anos, conta que, no dia 26 de agosto de 2024, recebeu uma notificação no aplicativo do banco informando que, a partir do mês seguinte, haveria um desconto de R$ 78 no benefício em nome da Aspecir.

Aires tentou contato com a empresa por telefone e email, mas diz que nunca obteve resposta. Apesar do aviso, o desconto não foi efetivado. Ele diz seguir monitorando os extratos de pagamento da mãe para garantir que nenhum débito indevido seja realizado.

Silvio Fortunato, 75, é aposentado e diz enfrentar há quase um ano descontos recorrentes em sua conta bancária. Segundo o filho, os débitos são realizados por mais de uma empresa e começaram em 2023.

Com a ajuda de uma gerente do Itaú, a família conseguiu estornar três meses de descontos e bloquear os lançamentos futuros. Mesmo assim, em alguns momentos, os descontos voltam a aparecer.

"Temos que ir à agência sempre que surge um novo desconto. Eles estornam, mas não resolve. Daí passa um tempo e aparece outro, às vezes com outro nome. Aí é o mesmo processo: falar com a gerente, entrar no aplicativo e bloquear de novo o débito automático", relata o filho do aposentado.

A situação, segundo ele, é especialmente grave porque o pai recebe apenas um salário mínimo.

O débito automático feito por seguradoras, clubes de benefícios e empresas do setor financeiro é diferente dos descontos de mensalidades associativas que vêm sendo investigados pela Polícia Federal e a CGU (Controladoria-Geral da União), na operação Sem Desconto.

No caso das mensalidades associativas, o valor era descontado diretamente da folha de pagamento do **INSS**, antes mesmo de o benefício ser creditado, pois havia um convênio entre essas associações e o governo.

Nestes novos casos, de seguradoras e clubes de benefícios, o valor é debitado da aposentadoria ou pensão logo que é pago pelo **INSS** ao segurado, por meio da conta bancária em que recebe o benefício.

Nos dois casos, no entanto, os descontos deveriam ter sido autorizados pelos segurados. Para quem não reconhece mensalidades associativas, é possível bloquear o valor por meio do aplicativo ou site Meu **INSS** .

Em caso de débito automático, é preciso fazer o bloqueio diretamente na seguradora ou no clube de benefícios.

Plataformas de reclamação como o Reclame Aqui registram centenas de queixas relacionadas a descontos indevidos. Na Justiça, segundo o CNJ, somente três empresas somam 45 mil processos.

A Aspecir Previdência, empresa do mesmo grupo da União Seguradora, tem 450 reclamações em seis meses -metade delas envolvendo débitos não autorizados. A União Seguradora, por sua vez, acumula 34 queixas no mesmo período, sendo 84% por cobranças indevidas.

A Binclub tem 261 reclamações, das quais 59,75% se referem a cobranças não reconhecidas. A Sebraseg teve 252 registros, com 62,01% das queixas relacionadas ao mesmo tipo de problema. Já a Paulista Serviços soma 291 reclamações, sendo 56,96% também por cobranças indevidas.

A Paulista Serviços diz que atua exclusivamente na intermediação técnica da cobrança autorizada por outras empresas. "Não operamos descontos em folha de pagamento de benefícios do **INSS**, tampouco temos relação com consignações", diz em nota.

"Mantemos rígidos controles sobre os eventuais contatos dos consumidores finais e de índices de reclamações que, há cerca de dois anos, se mantêm inferior a 2,5% da carteira, e respondemos integralmente eventuais questionamentos. Lamentamos qualquer transtorno relatado e reforçamos nosso compromisso com a transparência e a boa-fé", completa.

A União Seguradora, empresa do Grupo Aspecir, diz que toda a comercialização de seus seguros é feita por corretores registrados, e que, ao identificar qualquer insatisfação ou arrependimento por parte do cliente, realiza o ressarcimento integral dos valores pagos.

Afirma ainda, em nota, que desde sua fundação, se pauta pelo compromisso com a ética, a transparência e a responsabilidade nas relações com seus clientes, parceiros e órgãos reguladores.

A Sebraseg/Binclub afirma nunca ter feito descontos em folha de pagamento do **INSS**. Com relação à quantidade de processos em andamento na Justiça, diz que seu escritório assumiu as demandas em janeiro de 2025, realizou auditoria interna e afastou diretores que estão sob suspeita de irregularidades, inclusive com furto e manipulação de dados.

"Os referidos diretores se aproveitaram da doença (câncer) que padece o presidente das empresas, senhor Gelci, e cometeram irregularidades em várias documentações de clientes", informa a empresa em nota. A Binclub também diz que está reembolsando todos os clientes. "Ressaltamos que nenhum cliente ficará lesado, bem como todas as medidas estão sendo tomadas para solucionar a situação", adiciona.

Em nota, a Eagle Sociedade de Crédito diz que atuou como prestadora de serviço de arrecadação para terceiros, utilizando procedimentos tecnológicos para prestação deste serviço e de convênios firmados com instituições bancárias.

"A Eagle SCD não realizava ou realiza a comercialização de produtos de assistência, seguros, ou qualquer outro produto similar a aposentados e pensionistas do **INSS**. Informamos ainda que optamos por suspender a prestação do serviço de cobrança a terceiros nessa modalidade de débito em conta, notificamos todos os contratantes e suspendemos todos os débitos existentes", informa a empresa.

A Sudaclub, em nota, diz que está ciente e que não há qualquer ligação entre a empresa e os descontos relacionados ao **INSS**. "Cumpre-nos salientar que toda e qualquer situação relacionada aos nossos contratos são resolvidas tanto de forma administrativa quanto judicial, se acaso houver necessidade. Sempre com a intenção de se evitar qualquer desgaste de nossos clientes", afirma a empresa.

A empresa também diz seus contratos "são pautados na ética comercial e boa-fé, além de sempre estarmos atentos às Leis Consumeristas em todas as relações comerciais dos ramos que atuamos".

Em nota, o **INSS** diz que não tem acesso nem controle sobre movimentações financeiras em contas bancárias de aposentados e pensionistas.

"Débitos automáticos relacionados a seguros, clubes de benefícios ou outros serviços são operações de natureza bancária, contratadas diretamente entre o beneficiário e as instituições financeiras, sem qualquer relação com o pagamento do benefício previdenciário", diz o instituto.

Caso identifique algum débito não reconhecido, a autarquia afirma que o beneficiário deve procurar imediatamente sua instituição financeira para contestar a cobrança e, se necessário, acionar os órgãos de defesa do consumidor.

Em nota, a Susep (Superintendência de Seguros Privados), autarquia responsável por fiscalizar as seguradoras, informou que há ações de supervisão em andamento para apurar indícios de contratações não reconhecidas por consumidores em algumas das empresas sob sua supervisão.

O órgão destacou que eventuais medidas serão tomadas à medida que essas apurações avancem ou sejam concluídas. Se forem constatadas infrações que extrapolem sua esfera de atuação, a Susep afirma que encaminhará os indícios e documentos às autoridades competentes.

Em nota, o Bradesco afirma que segue todas as normas do Banco Central relativas ao serviço de débito automático em conta-corrente.

"Visando maior transparência, o Bradesco adota a prática de comunicação prévia aos clientes via push e pelos canais de relacionamento, além de apresentar o agendamento em lançamentos futuros do extrato de conta-corrente, permitindo ao cliente conhecer, concordar ou ainda contestar, quando for o caso, sendo atendido de imediato em situações que requeiram o eventual cancelamento", afirma o banco.

O Itaú Unibanco também diz todas as diretrizes do BC e informa que os clientes são notificados antecipadamente sobre eventuais lançamentos de débitos enviados por instituições intermediárias. Com isso, têm a possibilidade de solicitar o cancelamento em seus canais de atendimento.

"Diante de contestações, o banco acata o pedido de cancelamento do débito e prossegue com o estorno nos casos devidos", diz o banco.

Em nota, a Febraban (Federação Brasileira de Bancos), afirma que a federação e seus bancos associados não compactuam com qualquer prática ilícita ou abusiva contra o consumidor e seguem integralmente as normas do Banco Central relativas ao serviço de débito automático em conta corrente.

"Especificamente, a resolução 4.790 do CMN (Conselho Monetário Nacional), de março de 2020, determina que as instituições financeiras devem aceitar os comandos de débitos interbancários, comandados por outra instituição financeira", diz federação.

A entidade afirma ainda que essa regra estabelece caber exclusivamente às instituições que enviam esses pedidos obterem autorização junto aos clientes. Da mesma forma, o CMN determina que, caso não haja reconhecimento do débito, o cliente deve procurar o banco que originou essa despesa e pedir a suspensão do pagamento.

A Febraban diz também que tem uma agenda permanente com o Banco Central e que o aprimoramento da resolução 4.790 já foi solicitado.

"Apesar da existência dessa regra, diante das reclamações de clientes que não reconhecem os débitos, alguns bancos estão bloqueando de imediato o débito futuro e realizam as tratativas para solução e esclarecimento junto as empresas", adiciona.

Em casos de descontos indevidos, a Susep indica que os consumidores devem:

***Site:***
***https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2025/06/aposentados-do-inss-descobrem-debitos-automaticos-indevidos-no-beneficio.shtml***

# CPMI do INSS pode ser criada hoje no congresso

***Multimídia:***
***http://midia.smi.srv.br/video/2025/06/17/TVRECORDDF-07.17.18-07.19.50-1750157537.mp4***

# Risco a um clique

***PAULO ASSAD***

Um dos crimes que levaram à condenação da deputada federal Carla Zambelli (PL-SP) a dez anos de prisão, a invasão a dispositivo informático, prevista no Código Penal, tem se tornado cada vez mais alvo de processos no país, indicam dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O acesso indevido a computadores, celulares e outros aparelhos eletrônicos mira tanto pessoas físicas e empresas quanto órgãos públicos, entre eles tribunais e conselhos do Judiciário - a exemplo do ataque promovido pela parlamentar bolsonarista, que segue foragida e foi responsável por uma invasão ao sistema do CNJ junto com o hacker Walter Delgatti, segundo as investigações.

Em 2023, foram abertos 758 processos relacionados a esse tipo penal em todo o Brasil. No ano seguinte, o número saltou para 1.055, uma alta de 39%. Casos de invasões aos sistemas do Judiciário, especificamente, têm levado a operações em diferentes estados.

A mais recente veio à tona no dia 6 de junho, deflagrada por autoridades policiais e judiciárias de Santa Catarina, Alagoas, São Paulo e Rio Grande do Sul. A ação mirava um grupo de hackers que, após obterem as credenciais de juizes, usavam os acessos para darem baixas em restrições judiciais a veículos cadastrados no Renajud, sistema criado pelo CNJ para conectar o Judiciário ao Departamento Nacional de Trânsito (Denatran).

Segundo o desembargador Edison Brandão, do TJ-SP, as credenciais vazadas que permitiram o acesso eram externas e não da própria Justiça.

-Nenhum tribunal sofreu invasão. Credenciais em serviços federais foram corrompidas, e eles usaram-se delas para acessar sistemas como se fossem juizes - diz o desembargador, que completa: - O Judiciário vive do próprio nome e precisa garantir a fidedignidade dos seus próprios atos e não permitir isso.

DOCUMENTOS ADULTERADOS

No total, os policiais cumpriram um mandado de prisão e outros cinco de busca e apreensão nos municípios de Balneário Camboriú (SC), Marechal Deodoro (AL) e Canoas (RS), onde um dos suspeitos foi detido. Meses antes, em janeiro, outra operação já havia sido deflagrada pelo Ministério Público e pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina para combater uma ação hacker. Batizada de Skyfall, ela mirava um homem suspeito de ter violado mais de 80 credenciais de usuários, com diferentes níveis de acesso, além de ter falsificado documentos e adulterado processos. O objetivo do criminoso, que já havia sido investigado por crimes cibernéticos na adolescência, seria "prejudicar a marcha processual e afrontar os sistemas judiciais".

Segundo o tribunal, durante o cumprimento dos mandados, policiais encontraram mais de 1 terabyte de informações de usuários em posse do suspeito. Os dados foram compilados em um sistema desenvolvido pelo hacker que violava de forma automatizada credenciais para acessar plataformas privadas e sistemas judiciais. Em nota, o TJ-SC disse que colabora com as autoridades. "As providências administrativas foram tomadas tão logo as situações foram identificadas.

O TJ-SC reforçou suas políticas de segurança da informação e segue investindo em ações de prevenção, monitoramento e proteção dos dados processuais", disse o tribunal.

Professor de Direito e coordenador do Centro de Tecnologia e Sociedade da FGV, Luca Belli afirma que a automatização e a digitalização ajudam a explicar o crescimento desses casos e avalia que os problemas do Judiciário no campo da cibersegurança não são diferentes daqueles enfrentados por outros entes públicos. No ano passado, uma auditoria do Tribunal de Contas da União constatou que órgãos públicos federais estavam vulneráveis e sob risco de vazamento. De 229 entidades avaliadas, apenas 14 haviam implementado mais de 70% das medidas recomendadas.

- O próprio caso do Delgatti é eloquente nesse sentido. Ele basicamente explorou um acesso clandestino às credenciais de juizes e conseguiu entrar sem autorização. Se existisse um sistema de gestão, com autenticação multifator, já teria sido mais difícil -diz Belli.

A pedido de Zambelli, Delgatti invadiu o sistema do CNJ e inseriu dados falsos, como um mandado de prisão contra o ministro do STF Alexandre de Moraes. As alterações, que incluem ainda alvarás de soltura e quebras de sigilo bancários, tinha como objetivo prejudicar a credibilidade das instituições, segundo o tribunal. A deputada foi denunciada pela Procuradoria-Geral da República (PGR) em abril do ano passado

pelos crimes de invasão a dispositivo informático e falsidade ideológica.

"Por se tratar de sistemas utilizados, compulsoriamente, por todo o Poder Judiciário brasileiro, sua indisponibilidade gera consequências financeiras e jurídicas para todos os jurisdicionados", disse Moraes, relator do processo no STF.

As invasões também podem ser feitas por agentes internos dos tribunais. É o caso do ex-assessor do Tribunal de Justiça do Piauí João Gabriel Costa Cardoso, preso em outubro do ano passado e que admitiu ter fraudado decisões judiciais em troca de dinheiro. Ele explorava vulnerabilidades do sistema de processos que o permitiam trocar senhas e ter acesso a contas. Segundo o jornal O Estado de S. Paulo, ao menos uma das alterações feitas por Cardoso tinha como objetivo beneficiar ele próprio. Ele inseriu uma decisão falsa que anulou uma questão de um concurso da Polícia Militar do estado, no qual estava inscrito. Procurado, o TJ-PI não se manifestou.

AJUSTES NA SEGURANÇA

Para o advogado especialista em Direito Digital Renato Opice Blum, professor do Insper e da Faap, uma revisão da legislação para facilitar e simplificar contratações públicas voltadas para segurança cibernética é necessária:

-Os entes públicos dependem de licitações para implementações mais robustas. Eles têm os seus departamentos internos, mas é sempre uma corrida atrás da tecnologia, então temos essa dificuldade -diz o professor. -Não diria que exista negligência, mas há um problema.

Na avaliação de Opice Blum, o avanço tecnológico tende a piorar o cenário:

-Nós temos uma inteligência artificial que, infelizmente, vai trazer mais vulnerabilidades e vai potencializar o número de ataques e multiplicar as técnicas de invasão.

Segundo Luca Belli, da FGV, houve um avanço na criação de regulamentos e políticas internas de segurança cibernética, mas é preciso fazer mais:

-Temos uma situação bastante fragmentada. Falta visão sistêmica e capacidade de implementação -diz Belli, que defende a criação de uma entidade responsável por fiscalizar a adoção dessas medidas. -O maior desafio é a educação da população geral e dos funcionários públicos. É necessária uma ciber higiene tal como a higiene pessoal.

Procurado, o CNJ disse adotar medidas para ampliar a segurança de informação no sistema judicial brasileiro, como a criação, em 2021, do Comitê de Segurança Cibernética do Poder Judiciário, além da definição de uma estratégia para o tema. "Desta forma, o CNJ vem agindo no sentido de desenvolver ações que ampliem a segurança cibernética do ecossistema do Poder Judiciário, com padrões mínimos de gestão de riscos de segurança da informação e de requisitos que asseguram confiança digital, prevenção e mitigação de ameaças cibernéticas".

***Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo***

# Planalto monitora sessão que vai analisar vetos

***Renan Truffi e Sofia Aguiar  De Brasília***

O governo monitora com apreensão a sessão do Congresso Nacional prevista para esta terça-feira (17) em que parlamentares podem derrubar vetos presidenciais estratégicos. O Valor apurou que a gestão petista elaborou uma lista com os vetos mais sensíveis para o Executivo, o que inclui textos sobre eólicas offshore, Benefício de Prestação Continuada (BPC), **reforma tributária**, vírus zika, Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag) e, por último, a diabetes mellitus.

O documento é encabeçado pelo veto que trata do projeto que regulamenta a produção de energia eólica offshore. O tema não deve ser apreciado pelos congressistas nesta semana, mas está sendo monitorado de perto por conta do seu impacto fiscal. Nas contas feitas pelo governo Lula, esses itens podem representar um custo entre R$ 80 e R$ 120 bilhões para os cofres públicos pelos próximos cinco anos.

O PL em questão foi vetado em três artigos que continham jabutis - no jargão político, matérias estranhas ao objetivo principal da proposta. Esses trechos previam, entre outros pontos, a obrigatoriedade da contratação de usinas térmicas a gás natural com operação mínima de 70% do tempo, o prolongamento de contratos de usinas a carvão mineral e a aquisição compulsória de energia de pequenas centrais hidrelétricas.

Na lista, também consta um veto feito pelo presidente que busca excluir as pessoas com deficiência leve da lista de elegíveis a receber o BPC. O motivo é que há uma preocupação com a curva ascendente dos custos do programa.

Segundo o Executivo, a medida poderia trazer insegurança jurídica em relação à concessão do benefício. Em 2023, o BPC tinha 5,7 milhões de beneficiários, dos quais 3,12 milhões eram idosos e 2,58 milhões eram pessoas com deficiência.

Outro assunto que causa inquietação ao Executivo são os vetos que tratam de pensão e indenização decorrente do vírus Zika. Isso porque o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sob recomendação da equipe econômica, decidiu barrar uma pensão, paga mensalmente até o fim da vida, de R$ 7.786,02 a pessoas que nasceram com deficiência causada pelo vírus zika durante a gestação, além de indenização.

Na mensagem em que justifica o veto, a Presidência da República aponta, entre outros problemas, que a proposta cria despesa obrigatório e amplia benefício sem estimativa de impacto e identificação de fonte de custeio. O governo também critica a falta de reavaliação periódica dos beneficiários, o que cria tratamento desigual a pessoas com outras deficiências.

Como alternativa, o Executivo chegou a editar uma medida provisória (MP) que propunha um auxílio, em parcela única, de R$ 60 mil às pessoas que foram afetadas pela doença. O texto do governo sugeria limitar o apoio financeiro às pessoas nascidas entre 1º de janeiro de 2015 e 31 de dezembro de 2024 com deficiência decorrente da Síndrome Congênita associada à infecção pelo vírus zika (SCZ).

Apesar disso, o Congresso segue empenhado em barrar o veto de Lula. Na semana passada, o líder do governo no Congresso Nacional, senador Randolfe Rodrigues (PT-AP), admitiu que o Planalto decidiu autorizar sua base aliada a votar contra a decisão presidencial.

A equipe de articulação política também decidiu incluir na lista de preocupações um veto que não permitiu que quem sofre de diabetes mellitus tipo 1 seja equiparado à pessoa com deficiência (PCD). A novidade poderia gerar gastos, como com o BPC. Também nesse caso, o governo alerta para a alta de estimativa de impacto fiscal exigida pela Constituição.

Já sobre a **reforma tributária**, Lula vetou 15 dos 544 artigos da lei que regulamenta a reforma do consumo, integral ou parcialmente. Entre os pontos está a isenção de fundos de investimento imobiliário, patrimoniais e do agro negócio cie pagar os novos **tributos** CBS e IBS. A Advocacia-Geral da União (AGU) avaliou que o trecho concedia um benefício fiscal aos fundos, o que não é previsto na Emenda Constitucional da reforma.

Por fim, o governo está monitorando ainda os vetos do chamado Propag, cujos dispositivos foram barrados sob justificativa de que poderíam ampliar o impacto

fiscal do programa para a União.

***Site:***
***https://valor.globo.com/virador/#/edition/188234?page=1***
***&section=1***

# Imposto Seletivo nas exportações traz risco à competitividade brasileira

Apresentado por

Matéria escrita por Gabriella Collodetti, jornalista do CB Brands, estúdio de conteúdo do Correio Braziliense.

Entidades representativas da indústria brasileira divulgaram um manifesto contrário ao Veto nº 7/2025, que mantém a cobrança de Imposto Seletivo (IS) sobre a exportação de minerais extraídos. Segundo o documento, a medida contraria a Constituição Federal, que proíbe expressamente a incidência desse tipo de tributo sobre exportações. O setor alega que a taxação viola o chamado princípio do destino - adotado no Brasil e em diversos países - segundo o qual **tributos** sobre consumo devem incidir apenas sobre produtos consumidos internamente.

O documento é assinado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP), Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), Associação Brasileira das Empresas de Bens e Serviços de Petróleo (ABESPETRO), Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Petróleo (Abpip), Organização dos Municípios Produtores de Petróleo (Ompetro), Federação das Indústrias do Espírito Santo (Findes), Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), Federação das Indústrias do Estado do Pará (Fiepa) e Federação das Indústrias do Estado do Amapá (Fieap).

De acordo com a publicação, as entidades se posicionaram contra a taxação das exportações, especialmente de commodities como petróleo e minério de ferro, consideradas pilares do superávit na balança comercial brasileira. Segundo o grupo, tributar as exportações representaria um retrocesso para o país e traria impactos negativos à economia.

Para os signatários do manifesto, a medida prejudica a competitividade do país no mercado internacional, podendo causar a transferência de negócios para outras nações e gerar perdas significativas para a balança comercial brasileira. Eles pedem ao Congresso Nacional que derrube o veto e restabeleça a segurança jurídica no setor mineral.

Além disso, o executivo indica que o IS criaria cumulatividade em toda a cadeia produtiva: o minério de ferro, insumo essencial para setores como siderurgia, automotivo e bens de capital, encareceria produtos finais, como carros e máquinas. "Isso distorce a economia, penaliza a indústria nacional, o consumidor brasileiro e incentiva a substituição por importações não tributadas, com reflexos negativos esperados na geração de emprego e renda no território nacional em várias cadeias produtivas", aponta.

Segundo Jungmann, a cumulatividade tributária, refutada pela reforma do consumo, também geraria distorções, contrariando o objetivo central de evitar a oneração em cascata. Por essa razão, o IBRAM ressalta que rejeita veementemente a aplicação do IS sobre a extração e a exportação de minerais. A entidade destaca que a mineração já contribui significativamente para a economia e deve ser conhecida como vetor de desenvolvimento, não como alvo de tributações conflitantes com a realidade do comércio internacional.

"O Imposto Seletivo deve ser aplicado apenas ao consumo interno, desestimulando bens realmente prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, não o setor mineral, ainda mais que o minério é um bem de utilidade pública e item essencial para beneficiar a humanidade, para proporcionar melhoria constante da qualidade de vida. A permanecer o veto do Executivo ao artigo 413, I da Lei Complementar 214/25, o IS introduziria um fardo tributário indevido sobre atividades que não se configuram como bens de consumo", complementa.

A percepção de Jungmann é que a tentativa de incluir a mineração no alcance desse imposto representa um retrocesso, já que nenhum país competitivo no setor mineral onera suas exportações, prática que prejudica a posição do Brasil no mercado global. No segmento mineral, o minério de ferro seria o mais impactado, pois é o principal produto de exportação mineral do Brasil, cujas exportações são decisivas para manter o saldo comercial brasileiro positivo, além de ser insumo vital para indústrias.

"Elas [as indústrias] também serão prejudicadas porque são dependentes do minério de ferro, como a indústria siderúrgica, automotiva e de energia eólica, além de cadeias produtivas secundárias, como alimentos enlatados e máquinas agrícolas. Contudo, o efeito seria em cascata: setores que dependem de

metais básicos, como siderurgia, automotivo, bens de capital e até alimentos enlatados (que usam aço em embalagens), sofreriam com o repasse de custos. Tributar a extração afeta toda a cadeia produtiva, onerando bens essenciais e reduzindo a competitividade das exportações brasileiras de manufaturados", alerta.

Além disso, Jungmann indica que os principais países concorrentes do Brasil, no setor mineral, não tributam exportações de minérios, seguindo o princípio do destino. Na prática, essa política garante a eles a vantagem competitiva e atrai investimentos globais. Esses países demonstram que é possível estimular uma indústria robusta e globalmente competitiva sem penalizar os produtos destinados ao mercado exterior, evidenciando a necessidade de o Brasil seguir o mesmo caminho. Tributar nossas exportações, como o veto estabelece, nos colocaria em desvantagem, transferindo negócios para esses países e sacrificando divisas , informa.

Dessa forma, o IBRAM chama atenção ao fato de que, ao tributar exportações, será desencadeado uma instabilidade jurídica e desalinhamento com padrões internacionais, desestimulando investidores e prejudicando a competitividade dos bens minerais nacionais frente aos seus principais concorrentes internacionais que não tributam a exportação. A entidade indica que é importante que a mineração nacional seja estimulada, notadamente para fazer frente à crescente demanda global por minérios, principalmente em razão da transição energética e descarbonização da qual o minério de ferro é um relevante insumo previsto.

Jungmann reforça que projetos minerais exigem longo prazo e previsibilidade. Em contrapartida, o IS cria um risco fiscal adicional que inviabiliza cálculos de retorno. A possibilidade de tributar exportações minerais, combinada à permanência do Imposto Seletivo na Constituição, gera insegurança jurídica, afastando empresas e projetos de longo prazo.

Roberto Ardenghy, presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP), também reforça a preocupação com o avanço do IS no território brasileiro. O executivo afirma que a entidade é contra a medida e considera que o veto do Poder Executivo ao Projeto de Lei aprovado pelo Congresso contraria o texto constitucional, e o princípio internacional de não se exportar **tributos**, essencial para a competitividade e atração de investimentos do Brasil.

No que diz respeito ao segmento de petróleo, Ardenghy afirma que a possível cobrança do Imposto Seletivo sobre a exportação de bens minerais terá um impacto negativo na indústria extrativista instalada no Brasil. Segundo o presidente do IBP, a produção mineral e o petróleo são produtos vitais na balança comercial e o imposto vai tornar o Brasil menos competitivo no mercado global, beneficiando diretamente nossos concorrentes em mineração e produção de petróleo, com a consequente transferência de negócios e investimentos para outras nações.

"A tributação na exportação prejudicará a atração de investimentos e a geração de empregos, ameaçando a atratividade dos ativos brasileiros e a arrecadação futura", exemplifica. Ardenghy informa que apenas o setor de petróleo e gás projeta atrair US$180 bilhões em investimentos e gerar 400 mil novas vagas de trabalho até 2031. "A cobrança de taxa adicional certamente terá impacto, com potencial de risco de transferência de negócios para outras nações. Isso certamente implica em perda de participação de mercado e redirecionamento de investimentos", complementa.

Para o executivo, o imposto seletivo se destina a regular o mercado interno e garantir o abastecimento, o que, para ele, não é o caso dos produtos minerais e do petróleo, onde o Brasil é altamente superavitário. Na prática o Brasil perderá competitividade no mercado global, podendo resultar em menor atratividade para os campos brasileiros e na transferência de negócios no valor de bilhões de dólares anuais para países concorrentes em produção de petróleo, como por exemplo Namíbia, Golfo do México e, nossa vizinha, Guiana , explica.

Em defesa de uma tributação justa

Para Ardenghy, o cenário justo no que diz respeito à tributação brasileira diz respeito àquele que segue o consagrado princípio internacional e adotado na **Reforma Tributária**: não se deve exportar **tributos**. É crucial derrubar o veto presidencial à isenção do Imposto Seletivo sobre exportações de bens minerais para garantir a competitividade nacional, a geração de renda e a criação de milhares de empregos. O petróleo e o minério de ferro são pilares das nossas exportações e do superávit na balança comercial , destaca.

Já no âmbito mineral, o presidente do IBRAM, Raul Jungmann, explica que é essencial o respeito à Constituição Federal, isto é, com a imunidade tributária para as exportações de minérios. A tributação deve respeitar o princípio do destino: tributa-se o consumo interno, nunca a exportação. O Brasil deve incentivar a produção para o exterior, garantindo saldo positivo na balança comercial e fortalecendo a sua posição como líder global em mineração , aponta.

Para Jungmann, o Estado deve adotar uma política de tributação equilibrada, que estimule a produção local e atraia investimentos sem impor custos adicionais que acabem por inviabilizar a excelência dos produtos. Ele acredita que a **reforma tributária** recente avançou nessa direção ao criar o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) sem taxar exportações.

O Brasil precisa reconhecer a mineração como setor estratégico para o desenvolvimento econômico e energético. O veto ao IS é um retrocesso que precisa ser corrigido pelo Congresso para que o Brasil não perca espaço na geopolítica dos minérios. Manter o veto significa exportar **tributos**, uma anomalia rejeitada globalmente. A justiça tributária exige segurança jurídica e alinhamento com práticas internacionais que preservem a competitividade do Brasil , pondera.

**Notícias Relacionadas:**

CORREIO BRAZILIENSE - DF
Imposto Seletivo nas exportações traz risco à competitividade brasileira

***Site: https://www.correiobraziliense.com.br/cb-brands/brandedcontent/ibram/2025/06/7175538-imposto-seletivo-nas-exportacoes-traz-risco-a-competitividade-brasileira.html***

# Reforma Tributária pode aumentar carga da sua empresa em até 80%

A **Reforma Tributária**, instituída pela Emenda Constitucional nº 132/2023, é considerada a mais profunda reestruturação do sistema tributário brasileiro nas últimas décadas. Com a substituição de cinco **tributos** por um IVA dual, composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), o novo modelo promete simplificar o sistema, mas também traz desafios significativos para as empresas.

De acordo com o especialista em tributação e contabilidade Mafrys Gomes, o impacto será profundo e desigual entre os setores. "Empresas que produzem bens de capital, especialmente as voltadas à exportação, serão favorecidas pela não cumulatividade plena dos **tributos**. Já o setor de serviços será fortemente penalizado, com aumentos que podem chegar a até 80% da carga atual", afirma.

A mudança deve afetar especialmente empresas de locação de veículos, equipamentos e maquinários, que hoje não são contribuintes diretos de ISS ou ICMS. "Essas empresas passarão a ser contribuintes da CBS e do IBS, mas terão pouca possibilidade de compensar créditos tributários, o que elevará sensivelmente seus custos", alerta Mafrys.

Segundo dados de 2023 do Ministério do Empreendedorismo, 81,7% das empresas brasileiras atuam nos setores de comércio e serviços, justamente os que tendem a ter menos créditos para compensar. "A maioria verá um aumento na carga tributária, ainda que a carga global do país não se eleve", observa.

Diante desse cenário, o especialista recomenda que as empresas iniciem imediatamente o processo de adaptação.

"Estamos no último semestre antes da primeira fase da implementação. É hora de revisar contratos, aprimorar controles internos, mapear os créditos possíveis e dialogar com seus contadores para traçar estratégias", enfatiza.

Mafrys também destaca que o planejamento tributário mudará radicalmente. "A cadeia de suprimentos precisará ser reavaliada com base na nova lógica de créditos. Uma decisão simples, como contratar um serviço mais barato, pode acabar aumentando a carga tributária se esse prestador não gerar créditos suficientes".

A reforma também afetará as micro e pequenas empresas optantes pelo Simples Nacional, mesmo com a manutenção do regime. "A substituição dos **tributos** atuais por CBS e IBS exigirá mudanças nos anexos do Simples. Isso deve levar muitas empresas a reconsiderarem sua permanência no regime, especialmente porque os contratantes não terão mais direito ao crédito integral dos valores pagos", explica.

Para Mafrys, a falta de planejamento pode ser fatal. "Não rever contratos, não capacitar equipes, não atualizar sistemas e ignorar o contador são erros que podem custar caro. A hora de agir é agora."

A implementação do novo sistema começa em 2026 e será concluída até 2033. Nesse intervalo, será essencial acompanhar cada fase da transição e ajustar os processos internos de forma contínua.

"O mercado ainda está tentando entender o impacto prático da reforma. Mas uma coisa é certa: quem se preparar com antecedência terá uma vantagem competitiva real", conclui.

(*) Homework inspira transformação no mundo do trabalho, nos negócios, na sociedade. É criação da Compasso, agência de conteúdo e conexão.

***Site: https://www.terra.com.br/economia/meu-negocio/reforma-tributaria-pode-aumentar-carga-da-sua-empresa-em-ate-80,8df03a0e8399879044b751a17da8ac35szox3csn.html***

# 1ª sessão do Congresso no ano tem recorde de vetos em análise e CPI do INSS

***Ândrea Malcher***

O Congresso faz hoje sua primeira sessão do ano e analisa uma quantidade recorde de vetos presidenciais. Ao todo, há 64 vetos na fila a serem apreciados. Davi Alcolumbre (União-AP), presidente do Senado, também deve ler o pedido de criação da CPMI (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito) para investigar as fraudes no **INSS**.

O Congresso não faz uma sessão conjunta desde maio de 2024. Apenas quando se juntam Câmara e Senado podem ser analisados os vetos presidenciais. Na pauta, há vetos desde 2022, da gestão de Jair Bolsonaro (PL). É o maior número a ser apreciado desde 2018.

Há acordo sobre pensão a vítimas de zika e reforma do ensino médio. Segundo o líder do governo no Senado, Randolfe Rodrigues ( PT-AP ), com a derrubada do veto, o benefício a famílias de vítimas do zika, que causa microcefalia e impactou principalmente crianças no Nordeste, voltaria a ser pago. O veto em educação mexe no conteúdo que pode ser cobrado em provas do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio).

Governo negociou para adiar votação de vetos do BPC . Segundo Randolfe, o combinado exclui da análise hoje o veto parcial ao texto que traz o pagamento de BPC (Benefício de Prestação Continuada) para quem possui deficiência considerada "leve" e o veto ao projeto de regulamentação da produção de energia eólica em alto-mar, as chamadas eólicas offshores.

Alcolumbre ainda deve ler o pedido de criação da CPMI do **INSS**. A comissão mista vai se debruçar sobre o esquema de fraudes no **INSS**, que fazia descontos não autorizados a aposentados. Os governistas tentam conseguir a presidência ou a relatoria do colegiado, para tentar minimizar o desgaste que a oposição quer gerar com a investigação.

Instalação deve ficar para agosto. Com a leitura do requerimento, abrem-se os prazos para a indicação dos deputados e senadores que farão parte do colegiado. Com o esvaziamento das Casas, pelos feriados e festas juninas, a expectativa é que as negociações só terminem após a volta do recesso, em agosto.

A semana será curta. O feriado de Corpus Christi impacta na semana dos parlamentares. Alcolumbre agendou uma sessão semipresencial para hoje , o que ajuda a aumentar o quórum.

Mudanças na LDO podem acirrar negociações. Os parlamentares devem votar a inclusão de trechos na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2025 e na lei do pacote de corte de gastos que proibiria o bloqueio de emendas parlamentares impositivas, tanto as individuais quanto as de bancadas. O contingenciamento é permitido para cumprir as regras de responsabilidade fiscal e foi aprovado em 2023, como uma alteração ao arcabouço fiscal. Lula vetou o trecho para impedir que o Fundo Partidário crescesse na mesma medida que a arrecadação. Os congressistas devem se unir para manter o aumento para as emendas.

Mudanças no rito de indicação de emendas também serão apreciadas. Pelo texto, emendas de comissão e de bancada poderiam ser enviadas diretamente para pagar salários de profissionais da saúde ativos. Também cria critérios para que entidades privadas recebam o recurso. O projeto muda, ainda, as tabelas de alteração de emendas de bancada e comissão para que seja obrigatória a identificação do parlamentar proponente da alteração, para atender as exigências de transparência e rastreabilidade feitas pelo ministro Flávio Dino, do STF (Supremo Tribunal Federal).

Projetos que mexem com orçamento são sensíveis para o governo. Os parlamentares devem definir as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2025 e votar um projeto para abrir crédito de R$ 817 milhões no orçamento da União para financiamento de projetos de desenvolvimento do Nordeste.

Vetos parciais à **reforma tributária** em discussão. Lula vetou 46 pontos do projeto de regulamentação da **reforma tributária** aprovado no ano passado, entre eles o que aborda a isenção de pagamento dos novos **tributos** para fundos de investimento e fundos patrimoniais e o que permitiu que não houvesse incidência do Imposto Seletivo sobre exportação de bens prejudiciais ao meio ambiente e à saúde.

Projeto sobre dívida dos estados pode atrapalhar o equilíbrio das contas públicas. No projeto que trata do Propag (Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados), foram vetados trechos que o governo considerou que iriam gerar impacto no resultado primário das contas públicas. A negociação desse texto exigiu muita negociação e a entrada em campo do senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), ex-presidente do Congresso, para que ele fosse fechado. Os estados com mais dívidas com a União são de oposição a Lula.

Agrotóxicos com menor controle. Outro veto sensível é sobre o registro e controle de agrotóxicos. Se o veto for derrubado, as análises das pastas de Meio Ambiente e da Saúde serão reduzidas e servirão apenas como embasamento para decisões relativas a registro de agrotóxicos.

***Site: https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2025/06/17/1-sessao-do-congresso-no-ano-tem-recorde-de-vetos-em-analise-e-cpi-do-inss.htm***

# Governo sofre dura derrota na crise do IOF

***» VANILSON OLIVEIRA » RAFAELA GONÇALVES***

A Câmara aprovou, por 346 votos a favor e 97 contra, a urgência do Projeto de Decreto Legislativo (PDL), cujo objetivo é anular o decreto editado pelo governo que elevou o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre transações de câmbio. Com isso, o texto ganha prioridade na tramitação e pode ser analisado diretamente no plenário, sem passar pelas comissões temáticas.

Não há data definida, porém, para a votação do PDL. Ontem, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e os ministros da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, e da Casa Civil, Rui Costa, reuniram-se com líderes partidários.

Ficou acertado que o governo terá duas semanas antes da votação do PDL.

O decreto que prevê o aumento do IOF foi anunciado em maio pela Fazenda. Após a repercussão negativa, o governo recuou em parte das medidas e apresentou um novo pacote fiscal, que também desagradou o Congresso.

Antes da aprovação da urgência, Motta tinha mandado um alerta ao governo, de que o Parlamento não aceitará mais medidas de ajuste fiscal baseadas apenas no aumento de **impostos**.

Segundo ele, há um sentimento claro, majoritário e consolidado na Câmara contra a estratégia do governo de ampliar a arrecadação sem apresentar uma agenda concreta de corte de despesas.

"Há um esgotamento de medidas que vêm a procurar aumentar a arrecadação exclusivamente com o aumento de **impostos**.

O governo é sabedor dessa insatisfação", declarou.

O parlamentar ressaltou que essa não é uma pauta isolada da oposição, mas um desconforto generalizado em diversos partidos da Casa. A votação da urgência, conforme destacou, é demonstração clara de que o Parlamento não concorda em ser chamado a votar sucessivos aumentos de **tributos** como solução isolada para os desafios fiscais do país. "A Câmara seguirá nessa agenda, defendendo o que é bom para o Brasil", frisou.

Ele enfatizou que o Congresso não se recusa a discutir o equilíbrio das contas públicas, mas quer uma pauta mais estruturante, baseada em medidas que envolvam controle de gastos, eficiência do Estado e sustentabilidade fiscal de longo prazo. De acordo com ele, a Casa não aceitará mais ser "âncora fiscal" de um governo que evita enfrentar o debate sobre despesas. "Nós temos um país para cuidar, e é através de medidas estruturantes que vamos conseguir melhorar esse ambiente econômico." O deputado lembrou que o Parlamento foi parceiro do governo desde o início, aprovando projetos importantes e demonstrando responsabilidade fiscal e institucional. No entanto, ressaltou que lealdade institucional não significa concordância automática.

"O Congresso tem sido correto. O Congresso aprovou absolutamente tudo que o governo enviou para cá nesses quase dois anos e meio de governo.

O Congresso demonstrou muita responsabilidade com a economia, responsabilidade com o país. O Congresso, a Câmara dos Deputados têm sido a âncora de responsabilidade", sustentou.

De acordo com Motta, o Congresso está pronto para apoiar uma agenda de ajuste, desde que ela não recaia, mais uma vez, sobre quem produz, gera empregos e paga **impostos** no país. "Não tem como se ter agenda de corte de despesas no Brasil de que o Executivo não participe. O Legislativo está aqui pronto para apoiar, para discutir, para poder, internamente, nos partidos, entender o que cada partido está à vontade para apoiar, para votar, porque nós também temos que ter uma agenda com perspectiva de aprovação. Não adianta ter uma agenda impossível de ser aprovada, mas que é fundamental que o Executivo participe.

É isso que nós temos defendido desde o início", destacou.

Férias de Haddad Em meio ao imbróglio do IOF, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, entrou em férias, o que deu munição para a oposição ao governo. Inicialmente, a licença estava previstas para 11 a 20 de julho. A alteração foi publicada no Diário Oficial da União em 5 de junho. O ministro retornará ao trabalho no próximo dia 22. Até lá, o secretário -executivo da Fazenda, Dario Durigan, assume interinamente o comando da pasta.

O líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (RJ), criticou as férias de Haddad. "Demonstra a

irresponsabilidade do ministro da economia num momento como este. É um ministro totalmente irresponsável com o país", disse, ao Correio.

Quem também reprovou foi a deputada federal Bia Kicis (PLDF).

"O ministro mostra sua total insensibilidade para com o momento ao tirar férias ao invés de estar presente, para ouvir as razões de todos aqueles que rejeitam a medida proposta, que vai pesar mais uma vez no bolso dos brasileiros", afirmou. (Colaborou Danandra Rocha)

Emendas: R$ 152 mi reservados

O governo federal reservou R$ 152,1 milhões em emendas parlamentares para pagamento neste ano. O valor, atualizado no domingo, diz respeito apenas às apresentadas ao Orçamento de 2025, que prevê R$ 50,4 bilhões para esse fim.

Desse total, R$ 25 bilhões são impositivas - ou seja, obrigatórias.

Já os pagamentos somaram apenas R$ 3,1 milhões. Os dados são da plataforma Siga Brasil, do Senado.

A aceleração do processo ocorreu depois de cobranças da cúpula do Congresso na semana passada.

A Secretaria de Relações Institucionais (SRI), chefiada pela ministra Gleisi Hoffmann, foi avisada de que o Legislativo começaria a travar os projetos de interesse do governo se os cofres não fossem abertos.

Até quarta-feira passada, o governo havia pago menos de 1% do valor reservado no Orçamento para este fim. Gleisi prometeu que o Planalto iniciaria o pagamento das emendas até o fim de semana. E, em nota ao Correio, a Secretaria de Relações Institucionais (SRI) informou que não havia atraso na liberação das emendas e que o governo já pagou R$ 6 bilhões referentes a anos anteriores.

Gleisi disse ontem que, se o Congresso derrubar o decreto do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), as emendas parlamentares serão afetadas.

O assunto não é novidade, já que, sem a arrecadação prevista com o IOF, o Executivo teria de bloquear mais valores discricionários - que incluem emendas - para colocar as contas em ordem e cumprir a meta fiscal para este ano.

O timing, no entanto, deu à declaração um tom de ameaça, em um momento em que o governo depende tanto da Câmara quanto do Congresso para fazer avançar pautas econômicas, pensando em 2026. (IM e RG)

***Site:***
***https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2025/06/17/all.pdf***

# Prévia do PIB do BC sobe acima das projeções

***CÍCERO COTRIM BRASÍLIA***

O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBCBr), considerado uma prévia do **PIB**, cresceu 0,16% em abril, na comparação com março e na série com ajuste sazonal, informou a autarquia ontem. O resultado ficou acima da mediana da pesquisa Projeções Broadcast, de alta de 0,10%. As estimativas iam de queda de 0,40% a crescimento de 0,40%.

O BC revisou os resultados do índice em março (0,80% para 0,71%), fevereiro (0,52% para 0,60%) e janeiro (1,01% para 1,41%). Mudanças na série com ajuste sazonal são comuns, normalmente refletindo a adição de um novo mês ao conjunto dos dados, mas o BC também revisou os números sem ajuste.

O IBC-Br ex-agropecuária, que exclui os efeitos do setor sobre a atividade, avançou 0,10% em abril, após alta de 0,67% em março (dado revisado).

O indicador da agropecuária caiu 0,87%, após uma elevação de 1,16% no mês anterior (revisado), informou o BC.

O índice de serviços aumentou 0,40%, depois de ter crescido 0,07% no mês anterior (revisado); o da indústria despencou 1,11%, após alta de 2,74% em março (revisado); e o de **impostos** - equivalente, em linhas gerais, à rubrica de **impostos** líquidos sobre itens do Produto Interno Bruto (**PIB**) - cresceu 0,56%, após uma alta de 0,30% (revisado).

INTERANUAL. Na comparação com abril de 2024, o IBC-Br total cresceu 2,46% na série sem ajuste sazonal - acima da mediana da pesquisa Projeções Broadcast, de 2,30%. As estimativas do mercado iam de variação zero a alta de 3,0%. O BC revisou o resultado de março, de alta de 3,49% para crescimento de 3,59%.

O índice ex-agropecuária subiu 0,97% na comparação interanual, após alta de 1,74% no mês anterior (revisado de 1,77%). O da agropecuária avançou 17,99%, depois de ter crescido 21,17% em março (revisado de 19,84%). O indicador de serviços cresceu 1,21%, após alta de 1,32% (revisado de 1,54%), e o da indústria avançou 0,76%, depois de ter subido 3,59% (revisado de 3,17%).

O índice de **impostos** aumentou 0,29%, após alta de 0,73% (revisado de 0,58%).

ALTA EM 12 MESES. O índice acumula alta de 4% nos 12 meses encerrados em abril, na série sem ajuste sazonal. É uma desaceleração frente ao mesmo período até março, quando a alta era de 4,23% (revisado, de 4,17%).

O índice ex-agropecuária, que exclui os efeitos do setor, cresce 3,44% - também desacelerando frente ao mesmo intervalo de tempo até março, quando avançava 3,98% (revisado de 3,95%). O indicador da agropecuária acumula alta de 12,09% nos 12 meses até abril, contra 7,72% no mesmo período de tempo até o mês anterior (revisado de 7,20%).

Também no acumulado de 12 meses, o IBC-Br da indústria arrefeceu de 3,32% (revisado de 3,23%) para 2,77%. O índice de serviços, de 3,90% para 3,44%.

Focus prevê **inflação** menor, **PIB** maior e Selic no mesmo patamar

Projeções do relatório Focus mostram um arrefecimento da **inflação** em 2025, revisão para cima do crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) e manutenção da taxa Selic em 2025.

A mediana para o IPCA de 2025 caiu de 5,44% para 5,25%. Agora, está 0,75 ponto porcentual acima do teto da meta, de 4,5%.

Já a mediana para o crescimento do **PIB** em 2025 aumentou de 2,18% para 2,20%. Um mês antes, era de 2,02%. As projeções do Focus para a Selic no fim de 2025 permaneceram em 14,75% pela sexta semana consecutiva. Os juros estão nesse nível desde 7 de maio.

O Comitê de Política Monetária (Copom) do BC se reúne hoje e amanhã. l C.C.

***Site: https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo***

# Câmara aprova urgência para derrubada do IOF

***LAURIBERTO POMPEU, CAMILA TURTELLI, JENIFFER GULARTE E THAÍS BARCELLOS***

Por uma ampla maioria, a Câmara aprovou ontem o requerimento de urgência para um projeto que cancela o decreto do governo que aumenta o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), publicado na semana passada. A votação aconteceu em um momento de crise entre o Palácio do Planalto e o Congresso. Parlamentares, inclusive da base do governo, têm criticado o pacote fiscal do ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Também contribui para a pressão do Poder Legislativo uma insatisfação com o ritmo na liberação de emendas, entre elas as que são de execução obrigatória. Foram 346 votos a favor e 97 contra, de um total de 257 mínimos necessários para uma proposta como essa avançar.

A urgência acelera a votação do projeto, que agora pode ser pautado direto em plenário, sem passar pelas comissões. Apesar disso, não há previsão de quando o mérito deverá ser votado. Havia uma movimentação de parte da Câmara para que a proposta fosse votada ontem, logo após a aprovação da urgência.

No entanto, integrantes da Casa avisaram a ministros do governo que somente a urgência avançaria nesta semana. A previsão é que o decreto do IOF só volte a ser discutido pela Câmara daqui a duas semanas, visto que os trabalhos legislativos estão esvaziados por causa do São João e de um evento organizado em Portugal. A articulação política do governo tenta usar esse tempo para debelar a crise.

A ideia é construir o acordo para resolver o impasse nas contas públicas de que o governo precisa, além de atender o Congresso e começar a liberar as emendas.

DESTRAVAR EMENDAS

Os ministros da Casa Civil, Rui Costa, e da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, se reuniram com o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e líderes antes da votação. Presentes no encontro relataram que os membros do governo se mostraram comprometidos em destravar as emendas. Os auxiliares do presidente Lula justificaram que o atraso se deve ao fato de o Orçamento só ter sido aprovado em março, em vez de dezembro.

Além das emendas, propostas que aumentam **impostos** sofrem resistência no Congresso. O próprio Motta tem reclamado do pacote fiscal organizado pelo governo. Ele já falou que o pacote "não será bem aceito pelo setor produtivo nem pelo Congresso" e que não está "à frente da presidência da Câmara para servir a projeto eleitoral de ninguém".

Antes da sessão ontem, Motta disse que há uma "insatisfação" na Casa sobre medidas que aumentam **impostos** e que a votação seria "simbólica" nessa mensagem. Motta confirmou que se reuniu no domingo com o presidente Lula. A alta de **impostos** foi discutida nesse encontro:

- Houve uma conversa franca desde sábado com o presidente da República.

Após a votação, Motta disse que o resultado foi "um recado claro da sociedade" porque "o país não aguenta mais aumento de imposto" e escreveu: "Toda essa discussão sobre as contas não é sobre quem mora na cobertura ou no andar de baixo. É sobre todos nós que moramos no mesmo prédio. Não é hora de medir forças. É hora de somar coragem para ajustar as contas e fazer o Brasil crescer de forma sustentável."

'NÃO ABALA ACONFIANÇA"

A ministra Gleisi Hoffmann, de Relações Institucionais, disse que a votação da urgência não cessa a eficácia do novo decreto sobre alíquotas do imposto "nem abala a confi-ança do governo no diálogo com o Legislativo".

"Quanto mais debate houver sobre taxação de bets, dos investimentos financeiros incentivados e outras distorções tributárias, mais avançaremos no rumo da justiça fiscal e social e na construção conjunta de alternativas, no interesse do país", escreveu elA nas redes.

O IOF já rendeu três decretos diferentes. O primeiro foi publicado em 22 de maio e elevou a alíquota de operações. No mesmo dia, o governo recuou na tributação das remessas de fundos brasileiros ao exterior. Após reação negativa do mercado e de parlamentares, o governo publicou decreto

"recalibrando" os valores do IOF na quarta-feira passada. Com isso, a Fazenda estima que a arrecadação prevista caia de R$ 19,1 bilhões para entre R$ 6 bilhões e R$ 7 bilhões este ano. Esta é a norma que está na mira da Câmara e pode ser revogada.

Na semana passada, o governo publicou medida provisória (MP) com medidas de compensação às mudanças no IOF. Os pontos que mais enfrentam resistência dizem respeito à tributação em 5% de Imposto de Renda em aplicações financeiras hoje isentas, como as Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) e Imobiliário (LCI). Motta avalia que a medida precisará ser bastante alterada. Mas a cúpula da Câmara descarta devolver a MP e fazer com que deixe de valer.

Depois, a Câmara aprovou a urgência para o projeto do governo que isenta do Imposto de Renda aqueles que ganham até R$ 5 mil por mês.

Haddad sai de férias até dia 22

0 ministro da Fazenda, Fernando Haddad, entrou de férias ontem, até o dia 22 de junho. Durante esse período, será substituído pelo secretário executivo do Ministério da Fazenda, DarioDurigan.que assume em meio à aprovação da urgência para o projeto de decreto legislativo (PDL) que derruba o aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).

A princípio previstas para 11a 20 de julho, as férias foram antecipadas para respeitar regras do sistema de banco de horas do governo.O ministro teria 28 dias de férias neste ano. mas teve que cancelar os dias de folga que estavam programados entre 2 e 21 de janeiro para discutir o atraso no Orçamento de 2025, que ainda não havia sido aprovado pelo Congresso Nacional.

Em meio à ameaça de derrubada das medidas do governo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva se reuniu por cerca de uma hora como presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB). no último sábado, no Palácio do Alvorada. (Bernardo Uma)

***Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo***

# Partidos com ministérios deram 65% dos votos a favor

***CAMILA TURTELLI E LAURIBERTO POMPEU***

A aprovação da urgência para o projeto que susta o decreto do governo que elevou o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) se tomou um novo termômetro do desgaste entre o Palácio do Planalto e a Câmara dos Deputados. Levantamento

feito pelo GLOBO aponta que os partidos que hoje comandam ministérios no governo Luiz Inácio Lula da Silva foram responsáveis por 65% dos votos favoráveis à tramitação acelerada da proposta, considerada um recado direto ao presidente e ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Os partidos com ministérios no governo Lula deram 225 votos favoráveis à urgência para derrubar o decreto do IOF. O União Brasil foi o que mais contribuiu, com 55 votos a favor. Em seguida, vieram o PSD, com 40; o Republicanos, com 39; o MDB, com 34; o PDT, com 14; PP, com 39 e o PSB, com4 votos. Jáo PT, o PC-doB eo PV, que juntos formam a federação governista, não registraram nenhum voto a favor da urgência Em um sinal claro de que jogou a toalha, o governo liberou a bancada na hora da votação. Sem força para unificar a base, o Palácio do Planalto

preferiu não orientar os deputados, diante da avaliação de que a derrota era inevitável.

-Essa construção que os líderes da base fizeram é no sentido de votar a urgência e termos o tempo necessário para debatermos o mérito -disse o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE).

Já o líder do PSD na Casa, Antonio Brito (BA), criticou as medidas do governo e declarou que seu partido é contra o aumento de **impostos**:

- Fizemos uma reunião com a bancada do PSD, na qual discutimos a importância do debate desse tema. Nos estatutos do nosso partido, há uma posição contrária a qualquer aumento de **impostos**.

***Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo***

# Revitalização do Pinheiros gera beneficio de R$ 16 bi

***Rafael Vazquez  De São Paulo***

O trabalho de revitalização na bacia do rio Pinheiros deve gerar benefício socioeconômico de R$ 16 bilhões na área atendida, segundo estudo do Instituto Trata Brasil e da consultoria Ex Ante. Esse valor é o saldo positivo a partir dos investimentos que começaram a ser realizados no ano 2000 e considera R$ 7,9 bilhões em impacto já observado até 2022 e mais aproximadamente R$ 8 bilhões para os próximos anos.

"Os resultados mostram que o saneamento básico é investimento com retomo garantido", diz a presidente-executiva do Instituto Trata Brasil, Luana Pretto. Ela destaca que o acesso pleno ao saneamento básico resulta em menos doenças, mais produtividade, preservação da natureza e impulso ao turismo.

De acordo com o estudo,, entre 2000 e 2022,589 mil moradores da região da bacia do rio Pinheiros passaram a ter acesso ao serviço de abastecimento de água tratada e 840 mil passaram a ter acesso ao serviço de coleta de esgoto em suas residências por meio de redes coletoras.

Embora ainda haja um déficit de 32 mil pessoas sem água tratada e 90,2 mil sem coleta de esgoto na área atendida pela bacia do Pinheiros, o estudo detectou que o saldo positivo de R$ 7,9% bilhões no impacto socioeconômico do período se deu por meio de R$ 22,3 bilhões em benefícios diretos com renda e **impostos** e 2,7 bilhões em redução de perdas por externalidades negativas da falta de saneamento, e descontados os custos para a realização dos trabalhos realizado durante os 22 anos. No balanço, conforme aponta a análise, a cada R$ 1 investido em saneamento, houve ganhos sociais de R$ 1,70.

A área beneficiada pela bacia do rio Pinheiros é composta por R$ 2,7 milhões de moradores da cidade de São Paulo, 166 mil em Embu das Artes e 273,5 mil em Taboão da Serra. "Além de todos os benefícios econômicos e ambientais, o saneamento é um poderoso instrumento de inclusão social. Ao garantir água tratada e coleta adequada de esgoto, regiões e populações antes excluídas passam a ter oportunidades reais de desenvolvimento. São vidas transformadas por meio do saneamento básico", diz Pretto.

Até 2022, segundo o levantamento, 96,6% da população da bacia do rio Pinheiros já estava conectada à rede de esgoto-acima das médias estadual e nacional. Porém, a meta é atingir os 100% até, no máximo, 2033.

Para o período a partir de 2022, a projeção é que haverá novo saldo positivo de cerca de R$ 8 bilhões, considerando fatores como redução de custos com saúde na ordem de R$ 727,1 milhões, aumento de produtividade da força de trabalho gerando R$ 2,9 bilhões e também aumento de R$ 408 milhões em renda imobiliária e outro R$ 1,3 bilhão em renda com turismo, já que a revitalização tem como objetivo atrair atividades para a margem do rio, entre outros fatores.

***Site:***
***https://valor.globo.com/virador/#/edition/188234?page=1&section=1***

# A receita conhecida para crises econômicas (Artigo)

***Alexandre Ribas***

Poucas armadilhas de gestão são tão recorrentes e devastadoras quanto um erro de diagnóstico em momentos de pressão fiscal. Mas governos de diferentes países e ideologias repetem o mesmo padrão: ao enfrentar déficits crescentes e deterioração das contas públicas, optam por soluções de arrecadação de curto prazo e postergam reformas estruturantes no lado das despesas. O resultado costuma ser crise de confiança, fuga de capitais, **inflação**, aumento da dívida e, nos piores casos, colapso econômico.

A Grécia protagonizou um caso emblemático na década de 2010. Durante anos, sucessivos governos mascararam a real situação fiscal do país, mantendo gastos elevados sem contrapartida sustentável de arrecadação. Quando a fragilidade das contas gregas veio à tona, a resposta inicial foi buscar mais receita e financiar o déficit com dívida. Apenas quando a crise já havia escalado para níveis insustentáveis, forçando o país a aceitar um severo pacote de austeridade sob supervisão internacional, começaram os esforços reais de contenção de gastos e reformas estruturais.

Na Venezuela, o "boom" do petróleo nos anos 2000 levou a um aumento expressivo dos gastos públicos, sustentado pela crença equivocada de que a alta das commodities seria permanente. Quando os preços caíram, em vez de ajustar as despesas e a máquina pública, o governo recorreu à impressão de moeda e a controles artificiais, gerando hiperinflação e uma grave crise humanitária.

No Brasil, a crise fiscal de 2014-2016 também foi agravada por diagnósticos errados e políticas expansionistas desconectadas da realidade fiscal. Incentivos setoriais sem contrapartida clara, desonerações em larga escala e aumento contínuo de gastos obrigatórios comprometeram o equilíbrio das contas públicas. A resposta inicial focou no aumento da arrecadação, mas a falta de controle efetivo sobre as despesas e a perda de confiança dos agentes econômicos resultaram em uma recessão profunda e crise política.

Esse ciclo se repete porque elevar **impostos** ou buscar receitas extraordinárias parece uma solução mais rápida e politicamente mais palatável do que revisar despesas que sustentam redes de interesses.

A resistência a reformas

profundas e a inércia da máquina pública tornam a gestão do lado do gasto um desafio complexo. Ignorar essa dimensão compromete a confiança dos investidores na sustentabilidade fiscal, causando consequências severas como aumento do custo da dívida, fuga de capital e retração econômica.

Contenção de despesas não significa cortes indiscriminados, mas sim qualificar o gasto, melhorar a eficiência e priorizar investimentos que gerem valor para a sociedade. Ajustes fiscais bem-sucedidos combinaram austeridade seletiva com reformas institucionais e melhoria da governança pública.

Esses exemplos revelam que a qualidade do diagnóstico é decisiva. Nessa etapa, lideranças precisam detalhar as

contas e fazer uma análise crítica de cada despesa do governo. Requer um compromisso com a gestão baseada em evidências, uma cultura que valorize a eficiência e um corpo técnico capaz de realizar análises rigorosas.

Focar apenas na arrecadação, sem enfrentar os problemas estruturais dos gastos, tende a agravar crises fiscais. Em cenário de juros globais elevados e menor tolerância dos mercados a desequilíbrios fiscais, esse aprendizado deveria estar no topo da agenda de governos e gestores públicos. Afinal, a história mostra que não há receita mais certeira para um desastre econômico do que diagnóstico errado e falta de austeridade fiscal.

Alexandre Ribas é CEO da Falconi E-mail ribas@felconi.com

***Site:***
***https://valor.globo.com/virador/#/edition/188234?page=1&section=1***

# Prévia do PIB cresce acima das projeções

O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), considerado uma prévia do **PIB**, cresceu 0,16% em abril, na comparação com março e na série com ajuste sazonal, informou a autarquia nesta segunda-feira

(16). O resultado ficou acima da mediana da pesquisa Projeções Broadcast, de alta de 0,10%. As estimativas iam de queda de 0,40% a crescimento de 0,40%.

O BC revisou os resultados do índice em março (0,80% para 0,71%), fevereiro (0,52% para 0,60%) e janeiro (1,01% para 1,41%). Mudanças na série com

ajuste sazonal são comuns, normalmente refletindo a adição de um novo mês ao conjunto dos dados, mas a autarquia também revisou os números sem ajuste.

O IBC-Br ex-agropecuária avançou 0,10% em abril, após alta de 0,67% em março. O indicador da agropecuária caiu 0,87%, após uma elevação de 1,16% no

mês anterior.

O índice de serviços aumentou 0,40%, depois de ter crescido 0,07% no mês anterior; o da indústria despencou 1,11%, após alta de 2,74% em março; e o de **impostos** - equivalente, em linhas gerais, à rubrica de **impostos** líquidos sobre produtos do **PIB** - cresceu 0,56%, após uma alta de 0,30%.

BANCO CENTRAL

***Site: https://digital.maven.com.br/temp_site/issue-138114-1706202506%20-%201027512ce3ed7d7d51332e1f4253094b.pdf***

# Dólar recua a R$ 5,48 com percepção de alívio no risco geopolítico

A percepção nos mercados de que o conflito entre Israel e o Irã não deve se deflagrar em uma guerra generalizada no Oriente Médio e os sinais de que os países podem iniciar negociações em breve deram suporte ontem à demanda dos agentes financeiros por ativos de risco. A postura de menor cautela, inclusive, deu forte impulso aos mercados brasileiros e o dólar terminou o dia negociado abaixo dos R$ 5,50, em seu menor patamar desde outubro, enquanto o Ibovespa se aproximou de seu recorde histórico de fechamento e os juros de longo prazo também caíram.

No fechamento, o dólar comercial anotou baixa de 1,03%, negociado a R$ 5,4855 no segmento à vista, menor patamar desde o dia 7 de outubro de 2024.0 principal índice da bolsa local teve ganhos de 1,49%, terminando a sessão aos 139.256 pontos, e voltou a se aproximar de sua máxima histórica de fechamento. Para atingir um novo recorde, o Ibovespa precisa avançar 0,61 % dos níveis atuais.

Após a apreensão sentida no fim da semana passada com a escalada no conflito entre Israel e Irã, os mercados globais tiveram um dia de alívio nesta segunda-feira. A percepção inicial dos investidores de que a troca de mísseis podería ser restrita aos dois países já abria espaço para uma realização de lucros durante a manhã.

A valorização dos ativos de risco ainda se intensificou ao longo do pregão diante da possibilidade de alguma abertura do Irã para diálogo com os Estados Unidos, o que provocou uma redução nos preços do petróleo, alta das bolsas em Nova York e queda do dólar globalmente. O "Wall Street Journal" relatou que o Irã enviou mensagens aos EUA e a Israel por meio de alguns países árabes intermediários e sinalizou que desejava encerrar as hostilidades e retomar as negociações sobre seu programa nuclear.

Neste contexto, os preços do petróleo, que acabam sendo um termômetro importante dos agentes globais sobre a percepção de risco do conflito atual, fecharam a sessão em queda. Na Intercontinental Exchange (ICE), o barril do petróleo tipo Brent para entrega em agosto recuou 1,35% para US$ 73,23. Já na New York Mercantile Exchange (Nymex), o petróleo WTI para julho teve baixa de 1,66%, para US$ 71,77 por barril.

Embora os ataques de Israel ao Irã e a contra-ofensiva iraniana tenham tido impacto limitado sobre a oferta de petróleo, ao menos até este momento, o conflito levou alguns bancos a elevarem suas estimativas para os preços do petróleo, diante da avaliação de que o prêmio de risco geopolítico deve ser maior daqui em diante. Os analistas do Citi passaram a estimar um prêmio de US$ 10aUS$ 15 por barril no preço do petróleo, enquanto o Morgan Stanley estimou esse prêmio em cerca de US$ 10 por barril.

"Embora o conflito militar no Oriente Médio possa piorar, acreditamos que os investidores devem evitar reagir de forma exagerada aos acontecimentos geopolíticos, que normalmente não têm um impacto duradouro nos mercados, a menos que haja uma interrupção significativa no fornecimento de energia", afirma Michelle Gibley, diretora de pesquisa internacional do Schwab Center for Financial Research. "Os preços do petróleo podem subir ainda mais, mas ainda há uma ampla capacidade ociosa em nível global", lembra.

O alívio também foi sentido em Wall Street e as bolsas tiveram recuperação. O índice S P 500 fechou em alta de 0,94%; o Dow Jones subiu 0,75%; e o Nasdaq avançou 1,52%.

No Brasil, outros fatores monitorados pelos agentes são as decisões de política monetária do Federal Reserve (Fed) e do Banco Central, na quarta-feira. A expectativa é que o banco central americano mantenha os juros inalterados, enquanto no Brasil analistas se dividem entre a possibilidade de o BC subir a Selic ou não.

Otávio Oliveira, gerente de tesouraria do banco Daycoval, afirma que ambos os cenários favorecem o real, por conta do diferencial de juros. "Com a Selic ficando estável ou subindo, uma maior tomada de risco Brasil faria sentido", diz ele.

Apesar do bom desempenho da moeda brasileira no acumulado do ano, há dúvidas sobre a continuidade desse movimento. Oliveira, do Daycoval, vê que, no longo prazo, o dólar deve voltar a subir. Ele afirma que nos próximos dois a três meses é possível que a moeda americana continue caindo, mas "qualquer notícia avessa ao mercado, que provoque maior volatilidade, ou que piore a percepção de risco no Brasil", pode prejudicar o câmbio. Além disso, ele

destaca que as eleições do ano que vem devem ser um fator relevante de estresse. "Anos eleitorais historicamente têm uma correlação de alta com a moeda, pela volatilidade. Essa eleição [de 2026] ainda está muito indefinida, então a volatilidade pode ser maior", aponta.

Já o gestor da AMW, Eduardo Grübler, avalia que uma parte da subida mais forte do Ibovespa foi resultado de uma percepção do mercado de que o pior do conflito entre Israel e Irã parece ter passado. Para ele, é precipitado acreditar que o embate entre Israel e Irã não possa voltar a ganhar contornos mais delicados. "O mercado também foi otimista quanto à velocidade de resolução do conflito entre Moscou e Kiev e seguimos com aguerra", resume.

No mercado de juros, agentes continuam se dividindo sobre a possibilidade de o Banco Central subir a Selic novamente na reunião de quarta-feira. A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) com vencimento de janeiro de 2026 fechou em alta de 14,835%, do ajuste anterior, para 14,88%; e a do DI de janeiro de 2031 anotou queda de 13,665% a 13,61%.

Neste contexto, o mercado de opções digitais de Copom mostrou uma leve inclinação adicional em direção à alta de juros nesta semana, com a probabilidade de tal decisão subindo de 56% a 65%. Já a chance de que a Selic se mantenha em 14,75% caiu de 41% para 36%.

A XP Investimentos espera a manutenção dos juros em 14,75%, mas reconhece que a decisão será apertada. A equipe comandada pelo economista-chefe, Caio Megale, avalia que o aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e o real mais apreciado ante o dólar sugerem que o Copom poderia manter a Selic em 14,75%.

"Mas a decisão é apertada, especialmente à luz de parte da comunicação dos membros do Copom. Uma nova alta de juros de fato faria sentido, considerando que a atividade continua robusta (taxa de desemprego nas mínimas históricas, elevada utilização da capacidade instalada, entre outros) e as expectativas de **inflação** estão bem acima da meta", diz a XP, em relatório.

***Site:***
***https://valor.globo.com/virador/#/edition/188234?page=1&section=1***

# Fundo Amazônia tem R$ 1 bilhão em aprovações

O Fundo Amazônia já aprovou em 2025 recursos que somam R$ 1,189 bilhão. É o melhor desempenho semestral da história do Fundo, gerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) sob coordenação do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA). O resultado é superior ao valor aprovado em 2024 e representa o dobro do volume de recursos aprovados em 2023, quando o Fundo Amazônia foi retomado. O balanço da gestão foi apresentado nesta segunda-feira (16/5), em Brasília (DF), antes da 33a reunião do Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA).

A reunião ocorreu em Brasília com a presença da ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva; da diretora Socioambiental do BNDES, Tereza Campello; do secretário-executivo do MMA, João Paulo Capobi-anco; de representantes de outros oito ministérios, dos nove estados da Amazônia Legal, de entidades da sociedade civil que compõem o Comitê Orientador e de doadores do Fundo.

O volume de recursos aprovados no primeiro semestre de 2025, de R$ 1,19 bilhão, indica também um recorde anual, por superar o total registrado em cada um dos anos, desde 2009,

quando o Fundo Amazônia foi criado, já considerados os valores atualizados da **inflação**. Até então, o melhor desempenho havia sido registrado no ano passado, quando as aprovações somaram R$ 947 milhões, em valores já corrigidos pela **inflação**. Em 2023, o BNDES aprovou R$ 584 milhões do Fundo, mesmo após os quatro anos de paralisação.

Os resultados refletem a mudança de patamar na atuação do Fundo Amazônia, com ganhos de escala, novo ritmo de aprovação e foco nos projetos estruturantes e estratégicos. Desde 2009, houve aprovações de 133 projetos, das quais 31 (23,3%) ocorreram desde 2023. "Os resultados recorde obtidos pelo Fundo Amazônia são a con-

firmação de que o governo do presidente Lula implementa uma política séria e eficiente de prevenção e combate ao desmatamento, que combina fortalecimento da agenda de comando e controle, pesquisa científica e incentivos econômicos que valorizam a manutenção da floresta em pé e promovem seu uso sustentável", destacou a ministra Marina Silva.

De 2009 até junho deste ano, o Fundo Amazônia aprovou R$ 5,6 bilhões para projetos e desembolsou R$ 2,7 bilhões para a sua execução. A diferença entre os valores se deve ao período necessário para a estruturação, contratação e execução dos projetos, já que os recursos são desembolsados conforme sua implementação.

***Site:***
***https://dol.com.br/digital/Page?editionId=3164#book/***

# Começa segunda fase de pagamento especial do saque-aniversário do FGTS

***Wellton Máximo - Repórter da Agência Brasil***

Cerca de 8,1 milhões de trabalhadores que aderiram ao **saque-aniversário** do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**) e foram demitidos sem justa causa de janeiro de 2020 até o fim de fevereiro deste ano começam a receber, nesta terça-feira (17) o saldo acima de R$ 3 mil dos depósitos dos antigos empregadores. Ao todo, a Caixa Econômica Federal liberará R$ 6,4 bilhões nesta rodada.

Recebem nesta terça os trabalhadores nascidos em janeiro, fevereiro, março e abril e quem vinculou a conta bancária ao aplicativo **FGTS**, da Caixa Econômica Federal. Nesta etapa, os trabalhadores com saldo retido maior que R$ 3 mil recebem a diferença entre esse valor e o restante dos depósitos retidos até 1º de junho.

A Caixa esclareceu que, na nova rodada de saque, será paga a remuneração dos valores de março, abril e maio. O **FGTS** é corrigido pela Taxa Referencial (TR) mais 3% ao ano.

O pagamento será feito na conta cadastrada no aplicativo **FGTS** até 28 de maio, que corresponde a 85% do público-alvo. Quem cadastrou depois precisará ir a uma agência da Caixa, a uma casa lotérica ou a um terminal de atendimento eletrônico do banco.

Primeira etapa

A primeira etapa, com o pagamento de saldos até R$ 3 mil, ocorreu em março . Segundo o balanço mais recente da primeira fase, até 28 de maio, 10,1 milhões de trabalhadores tinham sacado R$ 5,3 bilhões, de um total de 12,2 milhões de pessoas com direito a receber.

O trabalhador que teve o saque oferecido nas agências na primeira fase até 27 de junho para retirar o dinheiro. Após esse prazo, voltam a valer as regras tradicionais do **saque-aniversário** .

O dinheiro de trabalhadores demitidos de 2020 a fevereiro deste ano estava bloqueado para quem optou por essa modalidade de saque, mas foi liberado por uma medida provisória (MP) no fim de fevereiro. O governo esclareceu que a MP é excepcional e retroativa, não beneficiando os futuros demitidos.

Os trabalhadores dispensados sem justa causa a partir de março e que optaram pelo **saque-aniversário** continuarão a ter o saldo retido, recebendo apenas a multa rescisória de 40%. As demais regras do **saque-aniversário** não foram alteradas.

>> Entenda a nova rodada de saques do **FGTS** para quem tem **saque-aniversário**

Dos 12,2 milhões de trabalhadores beneficiados nas duas etapas, apenas 2,5 milhões vão ter direito ao saldo integral dos depósitos feitos pelos antigos empregadores no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**). Os 9,6 milhões restantes terão descontada a antecipação do **saque-aniversário**, tipo de empréstimo oferecido por instituições financeiras.

Calendário

>>Valores até R$ 3 mil

6 de março: nascidos em janeiro, fevereiro, março e abril e quem vinculou a conta bancária ao aplicativo **FGTS**;

7 de março: nascidos em maio, junho, julho e agosto;

10 de março: nascidos em setembro, outubro, novembro e dezembro.

>>Valores acima de R$ 3 mil

Diferença entre os R$ 3 mil sacados em março e o restante do saldo bloqueado;

17 de junho: nascidos janeiro, fevereiro, março e abril e nascidos em janeiro, fevereiro, março e abril e quem vinculou a conta bancária ao aplicativo **FGTS**;

18 de junho: nascidos em maio, junho, julho e agosto;

20 de junho: nascidos em setembro, outubro, novembro e dezembro.

***Site:***
***https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2025-06/comeca-segunda-fase-de-pagamento-especial-do-saque-aniversario-do-fgts***